CNI

2009

agenda legislativa da indústria

PRESTANDO CONTAS

Brasília, 2009

N. Cham.: 342.537.3(083.94) C748ab
Autor: Confederação Nacional da Indús
Título: Agenda legislativa da indústria 2009 :
2972 Ac. 2734

Confederação Nacional da Indústria

PRESIDENTE
Armando de Queiroz Monteiro Neto

1º VICE PRESIDENTE
Paulo Antonio Skaf

VICE-PRESIDENTES
Robson Braga de Andrade
Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira
Paulo Gilberto Fernandes Tigre
José de Freitas Mascarenhas
Rodrigo Costa da Rocha Loures
Alcantaro Correa
José Nasser
Jorge Parente Frota Júnior
Francisco de Assis Benevides Gadelha
Flavio José Cavalcanti de Azevedo
Antonio José de Moraes Souza

1º SECRETÁRIO
Paulo Afonso Ferreira

2º SECRETÁRIO
José Carlos Lyra de Andrade

1º TESOUREIRO
Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan

2º TESOUREIRO
Alfredo Fernandes

DIRETORES
Lucas Izoton Vieira
Fernando de Souza Flexa Ribeiro
Jorge Lins Freire
Jorge Machado Mendes
Jorge Wicks Corte Real
Eduardo Prado de Oliveira
Eduardo Machado Silva
João Francisco Salomão
Antonio Rocha da Silva
José Conrado Azevedo Santos
Euzebio André Guareschi
Rivaldo Fernandes Neves
Francisco Renan Oronoz Proença
José Fernando Xavier Faraco
Olavo Machado Júnior
Carlos Antonio de Borges Garcia
Manuel Cesario Filho

CONSELHO FISCAL

TITULARES
Sergio Rogerio de Castro
Julio Augusto Miranda Filho
João Oliveira de Albuquerque

SUPLENTES
Carlos Salustiano de Sousa Coêlho
Telma Lúcia de Azevedo Gurgel
Charles Alberto Elias

CNI
Confederação Nacional da Indústria

2009

agenda legislativa da indústria

PRESTANDO CONTAS

Brasília 2009

© 2009. Confederação Nacional da Indústria
É autorizada a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.

CONSELHO TEMÁTICO PERMANENTE DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS – CAL
Presidente: Robson Braga de Andrade
Vice-Presidente: Carlos Antônio Borges Garcia
Conselheiros: Alberto Alves, Carlos Anísio Rocha Figueiredo, César Augusto dos Reis, Ciro Mortella, Cristiano Buarque Franco Neto, Fabio Starace Fonseca, Gilberto José Rossi, Gilberto Porcello Petry, Glauco José Corte, Henrique Nora Lima, Humberto Barbato, Jorge Gerdau Johannpeter, Jorge Wicks Côrte Real, José Marcondes Cerrutti, Luiz Augusto de Barros, Manuel Cesário Mendes Filho, Marcelo Azevedo dos Santos, Márcio Fortes, Marcos Guerra, Newton Sérgio de Souza, Paulo Safady Simão e Pierangelo Rossetti.

UNIDADE DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS – COAL
Gerente-Executivo: Vladson Bahia Menezes
Gerente-Executivo Adjunto: Godofredo Franco Diniz
Gerente-Executivo Adjunto: Luiz de Gonzaga Fonseca Mota
Gerente de Relações com o Congresso: Pedro Aloysio Kloeckner

FICHA CATALOGRÁFICA

C748a

Confederação Nacional da Indústria.
Agenda legislativa da indústria 2009: prestando contas / Organizadores Vladson Bahia Menezes, Godofredo Franco Diniz, Pedro Aloysio Kloeckner. – Brasília, 2009.
86 p.

1. Sistema tributário 2. Regulamentação da economia 3. Legislação trabalhista 4. Questões institucionais 5. Custo de financiamento 6. Meio ambiente 7. Infraestrutura 8. Infraestrutura social 9. Proposições legislativas 10. Brasil I. Título

CDU 338 (81)

CNI

Confederação Nacional da Indústria

Setor Bancário Norte, Quadra 1, Bloco C

Edifício Roberto Simonsen

70040-903 Brasília – DF

Tel.: (61) 3317-9060

Fax: (61) 3317- 330

E-mail: coal@cni.org.br

Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC

Tels.: (61) 3317-9989 / 3317-9992

sac@cni.org.br

http://www.cni.org.br

Siglas

CD	Câmara dos Deputados
SF	Senado Federal
CN	Congresso Nacional
MPV	Medida Provisória
PDC	Projeto de Decreto Legislativo tramitando na Câmara dos Deputados
PDS	Projeto de Decreto Legislativo tramitando no Senado Federal
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PL	Projeto de Lei Ordinária tramitando na Câmara dos Deputados
PLC	Projeto de Lei da Câmara tramitando no Senado Federal
PLS	Projeto de Lei Ordinária tramitando no Senado Federal
PLS-C	Projeto de Lei Complementar tramitando no Senado Federal
PLP	Projeto de Lei Complementar tramitando na Câmara dos Deputados
PLV	Projeto de Lei de Conversão

Comissões e Grupos de Trabalho da Câmara dos Deputados

CAINDR	Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional
CAPADR	Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
CCJC	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
CCTCI	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
CDC	Comissão de Defesa do Consumidor
CDEIC	Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio
CDHM	Comissão de Direitos Humanos e Minorias
CDU	Comissão de Desenvolvimento Urbano
CEC	Comissão de Educação e Cultura
CESP	Comissão Especial
CFFC	Comissão de Fiscalização Financeira e Controle
CFT	Comissão de Finanças e Tributação
CLP	Comissão de Legislação Participativa
CMADS	Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
CME	Comissão de Minas e Energia
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CREDN	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
CSPCCO	Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado
CSSF	Comissão de Seguridade Social e Família
CTASP	Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público
CTD	Comissão de Turismo e Desporto

CVT	Comissão de Viação e Transportes
GTRESID	Grupo de Trabalho sobre Resíduos Sólidos

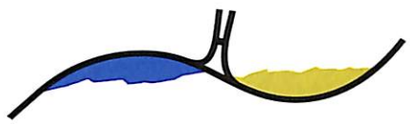
Comissões do Senado Federal

CAE	Comissão de Assuntos Econômicos
CAS	Comissão de Assuntos Sociais
CCT	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
CCJ	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
CDH	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
CDR	Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo
CE	Comissão de Educação, Cultura e Esporte
CI	Comissão de Serviços de Infraestrutura
CMA	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CRA	Comissão de Agricultura e Reforma Agrária
CRE	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Comissões do Congresso Nacional

CMIST	Comissão Mista
CMO	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
CPCM	Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito

Sumário



Apresentação

Quadros Comparativos *11*

Pauta Mínima *16*

Proposições com posicionamento convergente *17*

Política Econômica *18*

Meio Ambiente *19*

Relações do Trabalho *20*

Proposições com posicionamento convergente com ressalvas *22*

Reforma Tributária *23*

Política Econômica *23*

Infraestrutura *24*

Meio Ambiente *25*

Proposição com posicionamento divergente com ressalvas *26*

Custo de Financiamento *27*

Proposições com posicionamento divergente *29*

Relações do Trabalho *30*

Demais Proposições *32*

Proposições com posicionamento convergente *33*

Regulamentação da Economia *34*

Questões Institucionais *35*

Legislação Trabalhista *36*

Meio Ambiente *37*

Infraestrutura *38*

Sistema Tributário *39*

Indicações Setoriais *42*

Proposições com posicionamento convergente com ressalvas 47
Regulamentação da Economia 48
Questões Institucionais 49
Legislação Trabalhista 50
Meio Ambiente 52
Infraestrutura 53
Sistema Tributário 54
Infraestrutura Social 55
Indicações Setoriais 55
Proposições com posicionamento divergente com ressalvas 58
Regulamentação da Economia 59
Questões Institucionais 59
Legislação Trabalhista 60
Proposições com posicionamento divergente 62
Regulamentação da Economia 63
Questões Institucionais 63
Legislação Trabalhista 64
Meio Ambiente 70
Sistema Tributário 71
Infraestrutura Social 73
Indicações Setoriais 74
Índice 81

Apresentação

A CNI divulga mais uma edição do "Prestando Contas", que tem o propósito de mostrar como se comportou cada uma das proposições priorizadas na Agenda Legislativa da Indústria 2009 ao longo do 1º semestre do ano legislativo e atualizar o posicionamento da Indústria em relação aos novos textos eventualmente aprovados.

Mesmo com os desdobramentos da crise financeira e a atenção do Poder Legislativo voltada para encontrar soluções para os problemas internos do Parlamento, houve importantes deliberações do Congresso Nacional após o lançamento da Agenda Legislativa da Indústria de 2009.

Ressalte-se que em razão da evolução das discussões relativas a certos temas nas comissões temáticas ou em Plenário, quer pela aprovação de emendas ou de substitutivos, algumas proposições da Agenda tiveram sua redação alterada, o que provocou, em alguns casos, adequação do posicionamento da indústria ao novo texto aprovado.

Durante o primeiro semestre merecem destaque as alterações nos andamentos de alguns projetos da Pauta Mínima: a) aprovação na CCJ de substitutivo ao PLP 388/200 , que define as competências ambientais comuns entre os entes federados; b) aprovação na Câmara dos Deputados do PL 836/2003, do deputado Bernardo Ariston (PSB/RJ), que disciplina o funcionamento do Cadastro Positivo; e c) apresentação, pelo deputado Ricardo Barros (PP/PR), de minuta de substitutivo ao PL 3337/2004 das Agências Reguladoras.

Importante frisar, ainda, que em virtude da dinâmica do processo legislativo, outras proposições, em razão da semelhança dos temas e do andamento célere no Congresso, adquiriram relevância durante o primeiro semestre e passaram a integrar a Pauta Mínima. Cabe aqui mencionar o PLS 263/2004 do Senador Rodolpho Tourinho (DEM/BA), aprovado na Câmara dos Deputados, que dispõe sobre o Cadastro Positivo; a MSG 59/2008 do Poder Executivo, que pretende aprovar a Convenção 158 da OIT, que restringe a dispensa arbitrária de empregado; o PL 4302/1998 do Poder Executivo, que regula a terceirização; e , por fim, a PEC 231/1995, do deputado Inácio Arruda (PCdoB/CE), que reduz a jornada máxima de trabalho para 40 horas semanais e aumenta para 75% a remuneração de serviço extraordinário.

É também de se ressaltar que além da votação de matérias legislativas, o Congresso Nacional produziu relatórios propositivos, entre os quais se destacam os que foram elaborados pelas Comissões Especiais que analisaram a repercussão da crise mundial sobre a indústria brasileira e sobre o sistema financeiro nacional.

A Comissão Especial que analisou o impacto da crise econômica na indústria aprovou o parecer do relator, deputado Pedro Eugênio (PT/PE), que faz 23 sugestões para a retomada do crescimento no setor. Entre outras medidas, o texto sugere estímulos às micro e pequenas empresas, à produção industrial local, à oferta de crédito e ao comércio exterior.

Cabe finalmente destacar a transformação em lei de proposições que constavam na Agenda Legislativa e outras que foram objeto de demandas do segmento da indústria. Entre as normas sancionadas, merecem ser mencionadas a nova Lei do Gás (Lei nº 11.909/2009); a que institui a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO (Lei Complementar 129/2009); as que alteram o prazo de pagamentos de impostos e contribuições e concedem novo parcelamento de débitos tributários (Leis nºs 11.933/2009 e 11.941/2009); que cria o Programa Minha Casa, Minha Vida (Lei nº 11.977/2009); que constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais do BNDES (Lei nº 11.948/2009); que cria duas novas alíquotas de imposto de renda e fixa regras de suspensão e isenção de tributos (Lei nº 11.945/2009); e que autoriza a União a participar de Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica (Lei nº 11.943/2009).

No segundo semestre, espera-se que o Congresso Nacional avance nas deliberações das propostas que possam consolidar o Brasil como uma economia competitiva, com capacidade de crescer de forma sustentável.

Armando Monteiro Neto
Presidente da CNI

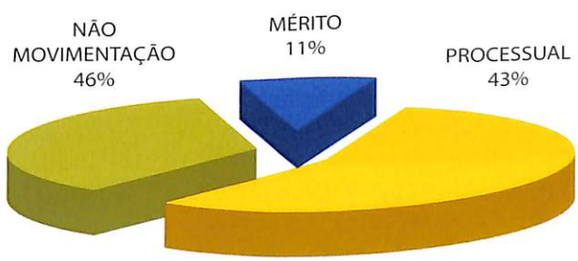
Quadros Comparativos

Prestando Contas - abril a julho de 2009
Quadro Geral de Movimentação

CRITÉRIOS

a) Movimentação de Mérito – Votações nas Comissões ou no Plenário das duas Casas.
b) Movimentação Processual – Alterações que não representam encerramento da tramitação tais como distribuição, indicação de relator, apresentação de parecer, pedido de vistas, audiências públicas, inclusão em pauta e outras do gênero.

APRESENTARAM MOVIMENTAÇÃO		NÃO APRESENTARAM MOVIMENTAÇÃO	TOTAL
MÉRITO	PROCESSUAL		
13	51	55	119



PROPOSIÇÕES FINALIZADAS

PL 2699/2007 – Comunicação de acidente de trabalho – Retirada pelo autor.

PL 3222/2008 – Ampliação de alíquotas e graus de risco acidentário – Retirada pelo autor.

PL 3223/2008 – Remuneração do empregado afastado por motivo de saúde – Retirada pelo autor.

PLC 31/2008 – Limites de exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos – Transformada na Lei nº 11.934/2009.

PAUTA MÍNIMA

PROJETO	POSICIONAMENTO	MOVIMENTAÇÃO
PL 305/2007 – Apuração do IR pelo Regime de Lucro Presumido	C	Inalterada
PL 266/2007 – Compensação Ambiental	C	Inalterada
PL 4330/2004 – Terceirização	C	Inalterada
PEC 31/2007 – Reforma Tributária	C/R	Inalterada
PLS 646/1999 – Direito e Garantias do Contribuinte	C/R	Processual
PLC 6/2009 (PL 3937/2004) – Cade	C	Mérito
PLC 85/2009 (PL 836/2003) – Cadastro Positivo	D/R	Inalterada
PLC 32/2007 – Licitações	C/R	Inalterada
PL 3337/2004 – Agências Reguladoras	C/R	Mérito
PLP 388/2007 – Licenciamento Ambiental	C	Processual
PL 203/1991 – Política Nacional de Resíduos Sólidos	C/R	Inalterada
PLP 8/2003 – Demissão Imotivada	D	Inalterada
PL 4653/1994 – Redução da Jornada de Trabalho	D	

QUADRO DE MOVIMENTAÇÃO DA PAUTA MÍNIMA, POR POSICIONAMENTO

POSICIONAMENTO	TRAMITANDO			TOTAL
	APRESENTARAM MOVIMENTAÇÃO		NÃO APRESENTARAM MOVIMENTAÇÃO	
	MÉRITO	PROCESSUAL		
Convergente	1	1	3	5
Convergente com Ressalvas	-	1	4	5
Divergente com Ressalvas	1	-	-	1
Divergente	-	-	2	2
TOTAL GERAL	**2**	**2**	**9**	**13**

QUADRO DE MOVIMENTAÇÃO DE PROJETOS INCLUÍDOS NA PAUTA MÍNIMA, POR POSICIONAMENTO

POSICIONAMENTO	TRAMITANDO			TOTAL
	APRESENTARAM MOVIMENTAÇÃO		NÃO APRESENTARAM MOVIMENTAÇÃO	
	MÉRITO	PROCESSUAL		
Convergente	1	-	-	1
Convergente com Ressalvas	-	-	-	-
Divergente com Ressalvas	-	-	1	1
Divergente	1	2	-	3
TOTAL GERAL	**2**	**2**	**1**	**5**

QUADRO GERAL DE MOVIMENTAÇÃO, POR TEMA

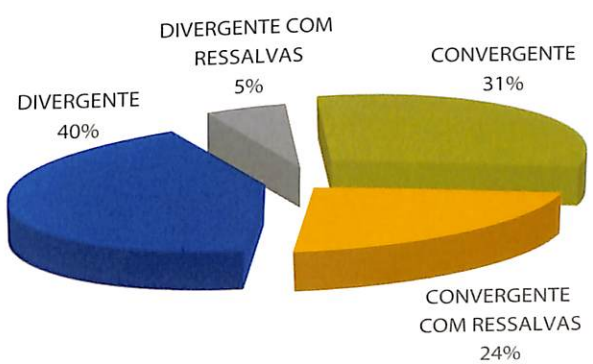
TEMAS	APRESENTARAM MOVIMENTAÇÃO		NÃO APRESENTARAM MOVIMENTAÇÃO	TOTAL
	MÉRITO	PROCESSUAL		
Regulamentação da Economia	1	7	4	12
Custo de Financiamento	1	-	-	1
Questões Institucionais	1	2	2	5
Legislação Trabalhista	1	9	17	27
Meio Ambiente	1	6	5	12
Infraestrutura	-	3	3	6
Sistema Tributário	3	4	11	18
Infraestrutura Social	-	2	2	4
Indicações Setoriais	5	18	11	34
TOTAL GERAL	**13**	**51**	**55**	**119**

QUADRO GERAL DE MOVIMENTAÇÃO, POR POSICIONAMENTO

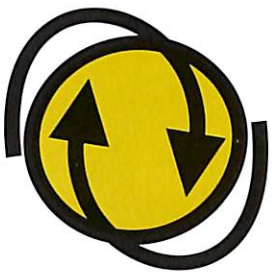
POSICIONAMENTO	TRAMITANDO			TOTAL
	APRESENTARAM MOVIMENTAÇÃO		NÃO APRESENTARAM MOVIMENTAÇÃO	
	MÉRITO	PROCESSUAL		
Convergente	7	16	14	37
Convergente com Ressalvas	-	12	16	28
Divergente com Ressalvas	2	-	4	6
Divergente	4	23	21	48
TOTAL GERAL	**13**	**51**	**55**	**119**

QUADRO DE POSICIONAMENTO, POR TEMA

TEMA	CONVER-GENTE	CONVER-GENTE COM RESSALVAS	DIVERGEN-TE COM RESSALVAS	DIVER-GENTE	TOTAL	TAXA DE CONVER-GÊNCIA
Regulamentação da Economia	5	4	1	2	12	75%
Questões Institucionais	1	1	1	2	5	40%
Legislação Trabalhista	4	6	3	16	29	34%
Custo de Financiamento	-	-	1	-	1	0%
Infraestrutura	2	4	-	-	6	100%
Meio Ambiente	5	1	-	4	10	60%
Sistema Tributário	9	5	-	4	18	72%
Infraestrutura Social	-	1	-	3	4	25%
Indicações Setoriais	11	6	-	17	34	50%
TOTAL PARCIAL	**37**	**28**	**6**	**48**	**119**	**55%**
TOTAL GERAL	**65**		**54**		**119**	



Pauta
Mínima



CONVERGENTE

PROPOSIÇÕES COM
POSICIONAMENTO CONVERGENTE

Política Econômica

PL 305/2007

PL 305/2007 do deputado Armando Monteiro Neto (PTB/PE): Atualiza os limites de receita bruta para enquadramento de empresas no sistema de apuração do IR pelo lucro presumido e de empresas prestadoras de serviços no benefício da redução da base de cálculo do IR.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CFT aguardando apreciação do parecer do relator, deputado Júlio Cesar (DEM/PI), pela aprovação, com emenda.

Situação Atual: Inalterada.

PLC 6/2009

PLC 6/2009 (3937/2004 do deputado Carlos Eduardo Cadoca – PMDB/PE): Reestrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, estabelecendo que a análise de operações de fusões e aquisições seja feita antes do fechamento do negócio. O substitutivo da CESP prevê prazos estritos nas etapas da análise dos atos de concentração que, se descumpridos, implicarão na aprovação tácita do ato de concentração econômica.

Situação da Agenda: SF – Encontra-se na CAE aguardando apreciação do parecer do relator, senador Romero Jucá (PMDB/RR), pela aprovação.

Situação Atual: SF – Encontra-se na CCT aguardando parecer do relator, senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB/MG).

Mudança de posicionamento: As ressalvas anteriormente apontadas, se mantidas, dificultariam a aprovação da matéria, exigindo reexame do projeto pela Câmara dos Deputados, razão pela qual adotou-se a posição de convergência.

PROPOSIÇÕES COM
POSICIONAMENTO CONVERGENTE

Meio Ambiente

PL 266/2007

PL 266/2007 dos deputados Rogério Lisboa (PFL/RJ) e Márcio Junqueira (PFL/RR): Fixa que a compensação ambiental será proporcional aos impactos ambientais negativos não mitigáveis causados pelo empreendimento, limitada em 0,5% do valor do investimento.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CMADS aguardando parecer do relator, deputado Jorge Khoury (DEM/BA).

Situação Atual: Inalterada.

Observação: O Decreto 6848/2009 fixa o teto da compensação ambiental em 0,5% mas é restrito aos empreendimentos licenciados pelo IBAMA.

PLP 388/2007

PLP 388/2007 do Poder Executivo: Fixa normas e diretrizes para a cooperação entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios no exercício das competências ambientais comuns. Estabelece que a tipologia dos empreendimentos que serão licenciados pela União e Municípios será definida, em seis meses, pelo CONAMA e Conselhos Estaduais de Meio Ambiente (CONSEMAs), considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade ou empreendimento. A inovação relevante contida no substitutivo aprovado na CCJC diz respeito à permissão para que somente o órgão licenciador aplique punições, embora a fiscalização dos empreendimentos possa ser feita por todos os órgãos ambientais (art. 17).

Situação da Agenda: CD – Apensado ao PLP 12/2003, que se encontra na CCJC aguardando apreciação do parecer do relator, deputado Geraldo Pudim (PMDB/RJ), pela aprovação com substitutivo; CAPADR – aprovado com substitutivo; CMADS – aprovado com substitutivo.

Situação Atual: CD – Apensado ao PLP 12/2003, que se encontra em Plenário pronto para Ordem do Dia; CAPADR – aprovado com substitutivo; CMADS – aprovado com substitutivo; CCJC – aprovado com substitutivo.

PROPOSIÇÕES COM
POSICIONAMENTO CONVERGENTE

Mudança de posicionamento: O texto aprovado na CCJC promove aprimoramentos ao projeto, superando as ressalvas anteriormente apontadas pela CNI, ao estabelecer que somente o órgão licenciador pode aplicar punição, embora a fiscalização possa ser feita por todos os órgãos ambientais. Essa redação confere maior segurança jurídica e minimiza as possibilidades de conflito, motivo pelo qual foi adotada posição de convergência. Ressalte-se que, pelas negociações posteriores à aprovação do substitutivo da CCJC, deverá ser incluída possibilidade de aplicação de multa por mais de um órgão ambiental, o que restaura a ressalva anterior.

Relações do Trabalho

PL 4330/2004

PL 4330/2004 do deputado Sandro Mabel (PL/GO): Regula a terceirização de atividades – meio e atividades – fim da contratante, permitindo sucessivas contratações do trabalhador por diferentes empresas prestadoras de serviços, que prestem serviços à mesma contratante de forma consecutiva. A empresa contratante será subsidiariamente responsável pelas obrigações trabalhistas referentes ao período em que ocorrer a prestação de serviços.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CTASP aguardando parecer do relator, deputado Pedro Henry (PP/MT); CDEIC – aprovado com emendas.

Situação Atual: Inalterada.

PROPOSIÇÕES COM
POSICIONAMENTO CONVERGENTE

Observação: Passaram a constar da pauta mínima dois outros projetos sobre terceirização:

PL 4302/1998

PL 4302/1998 do Poder Executivo

Situação Atual: CD – Encontra-se na CCJC aguardando parecer do relator, deputado Colbert Martins (PMDB/BA), podendo ser apreciado diretamente pelo Plenário em razão do regime de urgência; CTASP – aprovado com destaques o substitutivo do Senado Federal.

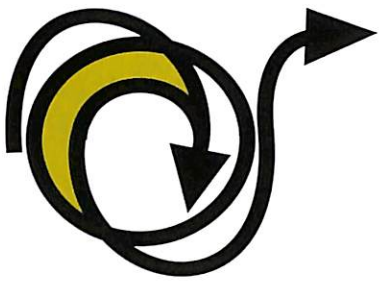
Posicionamento: Convergente ao substitutivo do SF e divergente com ressalvas ao substitutivo aprovado na CTASP.

PL 1621/2007

PL 1621/2007 do deputado Vicentinho (PT/SP)

Situação Atual: CD – Encontra-se na CDEIC aguardando apreciação do parecer do relator, deputado José Guimarães (PT/CE), pela aprovação.

Posicionamento: Divergente.



CONVERGENTE
COM RESSALVAS

PROPOSIÇÕES COM POSICIONAMENTO
CONVERGENTE COM RESSALVAS

Reforma Tributária

PEC 31/2007

PEC 31/2007 do deputado Virgílio Guimarães (PT/MG): Cria o IVA-F; extingue CSLL, Cofins, PIS, Cide-combustíveis e salário-educação; permite adicionais de alíquota do IR por setor de atividade econômica; estabelece regulamentação única do novo ICMS, sendo vedada adoção de norma estadual; prevê limites e mecanismos de ajuste da carga tributária em relação ao IR, IVA-Federal e novo ICMS, via lei complementar. O substitutivo da CCJC permite a cobrança do ICMS na origem com alíquota de 2% sobre as operações com derivados de petróleo e energia elétrica e remete à lei complementar a competência para definição das alíquotas e enquadramento do ICMS.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se em Plenário pronta para Ordem do Dia; CCJC – pela admissibilidade; CESP – aprovada com substitutivo.

Situação Atual: Inalterada.

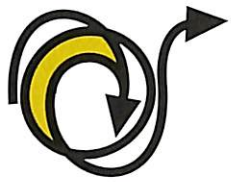
Política Econômica

PLS 646/1999

PLS 646/1999 do senador Jorge Bornhausen (PFL/SC): Estabelece normas gerais sobre direitos e garantias aplicáveis na relação tributária do contribuinte com as administrações fazendárias da União, dos Estados, do DF e dos Municípios.

Situação da Agenda: SF – Encontra-se na CAE aguardando parecer do relator, senador Romero Jucá (PMDB/RR).

Situação Atual: Inalterada.



PROPOSIÇÕES COM POSICIONAMENTO
CONVERGENTE COM RESSALVAS

Infraestrutura

PLC 32/2007

PLC 32/2007 (PL 7709/2007 do Poder Executivo): Altera a Lei de Licitações para estabelecer a obrigatoriedade de utilização da modalidade pregão para todas as licitações do tipo menor preço, inclusive obras de engenharia, com valor até R$ 3,4 milhões. Faculta, ainda, a inversão das fases da licitação, vedando-a para licitações de obras de valor superior a R$ 3,4 milhões. Reajusta os valores limites das modalidades de licitação.

Situação da Agenda: SF – Encontra-se em Plenário pronto para Ordem do Dia; CCJ – aprovado com emendas; CCT – aprovado com emendas; CAE – aprovado com substitutivo.

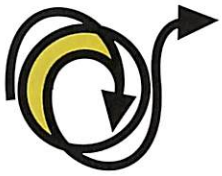
Situação Atual: Inalterada.

PL 3337/2004

PL 3337/2004 do Poder Executivo: Transfere aos ministérios a que estão vinculadas as agências reguladoras, os atos referentes a: elaboração de planos de outorga; extinção do direito de exploração do serviço no regime público; e celebração de contratos de concessão para a prestação do serviço.

Situação da Agenda: CD – Apensado ao PL 2057/2003, que se encontra aguardando constituição de CESP.

Situação Atual: Inalterada.



PROPOSIÇÕES COM POSICIONAMENTO
CONVERGENTE COM RESSALVAS

Meio Ambiente

PL 203/1991

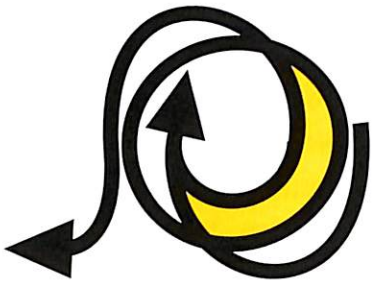
PL 203/1991 (PLS 354/1989 do senador Francisco Rollemberg – PMN/SE): Institui a Política Nacional de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PNRS), seus objetivos, fundamentos e instrumentos.

A nova emenda substitutiva apresentada em junho de 2009 pelo coordenador do Grupo de Trabalho criado para discutir o PL 203/91, deputado Arnaldo Jardim (PPS/SP), torna obrigatória a implantação da logística reversa – de forma independente do poder público – apenas para os produtos já regulamentados pelo CONAMA (pneus; pilhas e baterias; óleos lubrificantes; agrotóxicos). Além disso, determina a extensão obrigatória da logística reversa – por meio de regulamento ou acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o poder público e o setor empresarial – para os produtos comercializados em embalagens de plástico, metal e vidro, ou produtos e embalagens cuja logística seja viável técnica e economicamente.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se no Grupo de Trabalho sobre Resíduos Sólidos (GTRESID) aguardando parecer; CESP – aprovado com substitutivo.

Situação Atual: CD – Encontra-se em Plenário pronto para Ordem do Dia; CESP – aprovado com substitutivo.

Obs.: Grupo de Trabalho sob a coordenação do deputado Arnaldo Jardim (PPS/SP) estuda a matéria visando apresentar Emenda Substitutiva em Plenário.



DIVERGENTE,
COM RESSALVAS

PROPOSIÇÕES COM POSICIONAMENTO
DIVERGENTE, COM RESSALVAS

Custo de Financiamento

PLC 85/2009

PLC 85/2009 (PL 836/2003 do deputado Bernardo Ariston – PSB/RJ): Regula as atividades dos bancos de dados de proteção ao crédito de adimplência (cadastro positivo) e de inadimplência, bem como sua relação com os cadastrados, fontes de informações e consulentes. Prevê: permissão para coleta de informações positivas; regras para coleta de informações e consultas; comunicação ao cadastrado de que será incluída informação de inadimplência sobre ele será feita com comprovação do recebimento; responsabilidade objetiva e solidária ao banco de dados, à fonte e ao consulente pelos danos materiais e morais causados ao cadastrado por inobservância das disposições legais; impossibilidade de registro e anotação em cadastro de inadimplência referentes a serviços de prestação continuada, como água, luz e telefone.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se em Plenário, em regime de urgência; CDC – aprovado com substitutivo; CCJC – adotado o substitutivo da CDC com emendas.

Situação Atual: SF – Encontra-se na CCJ aguardando parecer do relator, senador Marco Maciel (DEM/PE); Câmara – aprovado com substitutivo.

Mudança de Posicionamento: O substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados ao PL 836/2003, traz duas alterações relevantes: (i) a comunicação ao cadastrado de que será incluída informação de inadimplência dependerá de comprovação do recebimento da notificação; (b) não serão permitidas anotações em cadastro de inadimplência referente a serviços de prestação continuada, como água, luz e telefone. Tendo em vista que essas alterações burocratizam indevidamente os cadastros positivos e negativos de crédito, a posição ao PLC 85/2009 foi alterada para divergente com ressalvas.

PROPOSIÇÕES COM POSICIONAMENTO
DIVERGENTE, COM RESSALVAS

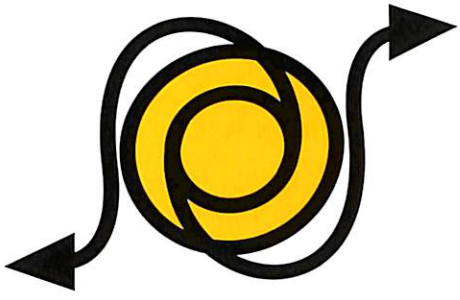
Observação: Foi incluído na pauta mínima o seguinte projeto sobre cadastro positivo:

PLS 263/2004

PLS 263/2004 do senador Rodolpho Tourinho

Situação Atual: SF – Encontra-se na CCJ aguardando parecer do relator, senador Marco Maciel (DEM/PE).

Posicionamento: Convergente com ressalvas



DIVERGENTE

PROPOSIÇÕES COM
POSICIONAMENTO DIVERGENTE

Relações do Trabalho

PLP 8/2003

PLP 8/2003 do deputado Maurício Rands (PT/PE): Determina que o empregador somente poderá despedir o empregado em duas hipóteses: I) por justo motivo objetivo – relacionado à dificuldade econômica ou financeira, ou reestruturação da empresa; II) por justo motivo subjetivo – relacionado à indisciplina ou ineficiência de desempenho do empregado.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CTASP aguardando parecer do relator, deputado Roberto Santiago (PV/SP); CDEIC – rejeitado.

Situação Atual: Inalterada.

Observação: Foi incluída na pauta mínima a seguinte proposição sobre dispensa imotivada:

MSG 59/2008

MSG 59/2008 do Poder Executivo (ratificação da Convenção 158 da OIT)

Situação Atual: CD – Encontra-se na CTASP aguardando designação de relator; CREDN – rejeitado.

Posicionamento: Divergente

PROPOSIÇÕES COM
POSICIONAMENTO DIVERGENTE

PL 4653/1994

PL 4653/1994 do deputado Paulo Paim (PT/RS): Reduz a jornada máxima de trabalho para 40 horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução de jornada mediante acordo ou convenção coletiva.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CDEIC aguardando designação de relator.

Situação Atual: Inalterada.

Observação: Foi incluída na pauta mínima a seguinte proposição sobre jornada de trabalho:

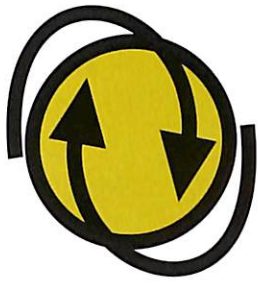
PEC 231/1995

PEC 231/1995 do deputado Inácio Arruda (PCdoB/CE)

Situação Atual: CD – Encontra-se em Plenário pronto para Ordem do Dia; CCJC – aprovado; CESP – aprovado.

Posicionamento: Divergente

Demais Proposições



CONVERGENTE

PROPOSIÇÕES COM
POSICIONAMENTO CONVERGENTE

Regulamentação da Economia

PL 3401/2008

PL 3401/2008 do deputado Bruno Araújo (PSDB/PE): Institui procedimento judicial específico para desconsideração da personalidade jurídica, que será aplicável às decisões ou atos judiciais que imputarem responsabilidade direta, em caráter solidário ou subsidiário a membros, instituidores, sócios ou administradores pelas obrigações da pessoa jurídica.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CDEIC aguardando parecer do relator, deputado José Guimarães (PT/CE).

Situação Atual: Inalterada.

PL 3558/2008

PL 3558/2008 da deputada Maria do Rosário (PT/RS): Estende às instituições privadas sem fins lucrativos o mesmo tratamento tributário conferido às Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) para que toda pessoa jurídica possa excluir do lucro líquido, para efeito de apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL, os dispêndios efetivados em projeto de pesquisa científica e tecnológica e de inovação tecnológica a ser executado por aquelas instituições.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CDEIC aguardando apreciação do parecer do relator, deputado Miguel Corrêa (PT/MG), pela aprovação.

Situação Atual: CD – Encontra-se na CCTCI aguardando parecer da relatora, deputada Professora Raquel Teixeira (PSDB/GO); CDEIC – aprovado.

PROPOSIÇÕES COM
POSICIONAMENTO CONVERGENTE

PLC 176/2008

PLC 176/2008 (PL 717/2003 do deputado Antonio Carlos Mandes Thame – PSDB/SP): Estabelece que aos produtos importados para comercialização no país serão aplicadas as mesmas regras de avaliação de conformidade aplicadas aos produtos similares nacionais para o atendimento da Regulamentação Técnica Federal.

Situação da Agenda: SF – Encontra-se na CAE aguardando designação de relator.

Situação Atual: SF – Encontra-se na CAE aguardando parecer do relator, senador Eduardo Suplicy (PT/SP).

PL 4000/2008

PL 4000/2008 do deputado Beto Faro (PT/PA): Estende até dezembro de 2023 o prazo para que as pessoas jurídicas protocolizem projetos para empreendimentos enquadrados nos setores da economia considerados prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de atuação da Sudam e SUDENE, caso este em que terão direito à redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CAINDR aguardando parecer do relator, deputado Gladson Cameli (PP/AC).

Situação Atual: CD – Encontra-se na CAINDR aguardando parecer do relator, deputado Eduardo Valverde (PT/RO).

Questões Institucionais

PL 2249/2007

PL 2249/2007 do deputado Armando Monteiro (PTB/PE): Altera a Lei de Execuções Fiscais para estabelecer a possibilidade de oferecimento de garantia antecipada no processo de execução fiscal.

PROPOSIÇÕES COM
POSICIONAMENTO CONVERGENTE

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CTASP aguardando parecer do relator, deputado Edgar Moury (PMDB/PE).

Situação Atual: CD – Encontra-se na CTASP aguardando apreciação do parecer do relator, deputado Edgar Moury (PMDB/PE), pela aprovação com emenda.

Legislação Trabalhista

PLS 76/2005

PLS 76/2005 do senador Jefferson Peres (PDT/AM): Cria nova hipótese de suspensão do contrato de trabalho, mediante previsão em convenção ou acordo coletivo e aquiescência formal do empregado quando, em razão de crise econômico-financeira, o empregador não puder manter o nível da produção ou o fornecimento de serviços.

Situação da Agenda: SF – Encontra-se na CAS aguardando apreciação do parecer do relator, senador Demóstenes Torres (DEM/GO), pela aprovação.

Situação Atual: SF – Encontra-se na CAS aguardando apreciação do parecer do relator, senador Raimundo Colombo (DEM/SC), pela aprovação.

PL 7386/2006

PL 7386/2006 (PLS 116/2003 do senador Sérgio Zambiasi – PTB/RS): Prevê que as férias poderão, mediante acordo escrito, individual ou coletivo, ser desdobradas em até três períodos, não inferiores a 10 dias corridos.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CTASP aguardando apreciação do parecer do relator, deputado Tadeu Filippelli (PMDB/DF), pela aprovação com substitutivo.

Situação Atual: Inalterada.

PROPOSIÇÕES COM
POSICIONAMENTO CONVERGENTE

PL 3584/2008

PL 3584/2008 do deputado Carlos Bezerra (PMDB/MT): Autoriza o Ministério Público do Trabalho e as entidades sem fins lucrativos destinadas à assistência de pessoas com deficiência a criarem bancos de dados de pessoas portadoras de deficiência. Isenta de multa a empresa que deixar de cumprir a cota legal por comprovada inexistência, nos bancos de dados, de candidato habilitado ao desempenho da função.

Situação da Agenda: CD – Aguardando constituição de CESP.

Situação Atual: Inalterada.

Meio Ambiente

PEC 31/2005

PEC 31/2005 do senador Augusto Botelho (PDT/RR): Estabelece que as unidades de conservação da natureza serão criadas por lei.

Situação da Agenda: SF – Encontra-se na CCJ aguardando parecer do relator senador Valter Pereira (PMDB/MS).

Situação Atual: Inalterada.

PL 3955/2004

PL 3955/2004 do deputado José Santana de Vasconcellos (PL/MG): Possibilita às empresas industriais e agroindustriais deduzir, em dobro, para efeito de apuração do lucro tributável pelo imposto de renda, os gastos realizados com a aquisição e instalação de equipamentos e aparelhos antipoluentes nas suas unidades de produção.

PROPOSIÇÕES COM
POSICIONAMENTO CONVERGENTE

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CFT aguardando apreciação do parecer do relator, deputado Guilherme Campos (DEM/SP), pela inadequação financeira e orçamentária do projeto e das emendas da CMADS; CMADS – aprovado com emendas.

Situação Atual: Inalterada.

PL 2068/2007

PL 2068/2007 do deputado Eduardo da Fonte (PP/PE): Limita as zonas de amortecimento nas unidades de conservação (UCs) em 100 metros, quando, na data de sua criação, já estejam estabelecidas atividades produtivas na área.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CMADS aguardando parecer do relator, deputado Iran Barbosa (PT/SE).

Situação Atual: CD – Encontra-se na CMADS aguardando apreciação do parecer do relator, deputado Luiz Carreira (DEM/BA), pela aprovação com substitutivo.

Infraestrutura

PLS 327/2006

PLS 327/2006 do senador João Alberto Souza (PMDB/MA): Dispõe sobre a abertura dos chamados portos secos (denominados de "CLIA" – Centro Logístico Industrial Aduaneiro) mediante o regime de licenciamento, substituindo o regime atual de concessões e permissões. Além disso, traz regras sobre a movimentação e armazenagem de mercadorias e sobre a fixação dos limites para o porte de valores livres de declaração na entrada e saída do País.

Situação da Agenda: SF – Encontra-se na CDR aguardando designação de relator; CI – aprovado com emendas.

Situação Atual: SF – Encontra-se na CRA aguardando parecer do relator senador Sérgio Zambiasi (PTB/RS); CI – aprovado com emendas.

PROPOSIÇÕES COM
POSICIONAMENTO CONVERGENTE

PL 2641/2007

PL 2641/2007 do deputado Ricardo Barros (PP/PR): Altera o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) para, entre outras medidas, ampliar os benefícios fiscais desse regime a qualquer pessoa inscrita no CNPJ, bem como àquela que tenha projeto aprovado para ampliação da sua capacidade produtiva visando atender a implantação de obra de infraestrutura nos setores de transportes, portos, energia, saneamento básico e irrigação.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CFT aguardando designação de relator; CDEIC – aprovado com emenda.

Situação Atual: CD – Encontra-se na CFT aguardando parecer do relator, deputado Pepe Vargas (PT/RS); CDEIC – aprovado com emenda.

Sistema Tributário

PEC 284/2008

PEC 284/2008 do deputado Armando Monteiro (PTB/PE): Altera a Constituição para determinar que a instituição ou o aumento de tributos é matéria de lei complementar que não pode ser regulada por medida provisória. Fica ressalvada da exigência de lei complementar a alteração de alíquotas dos impostos de natureza regulatória (II, IE, IPI e IOF), que continuará a ser efetivada por decreto presidencial.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CCJC aguardando designação de relator.

Situação Atual: CD – Encontra-se na CCJC aguardando apreciação do parecer do relator, deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ), pela adimissibilidade.

PROPOSIÇÕES COM
POSICIONAMENTO CONVERGENTE

PLP 378/2006

PLP 378/2006 do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP): Extingue a contribuição adicional de 10% incidente sobre os depósitos referentes ao FGTS, devida pelos empregadores em caso de despedida do empregado sem justa causa.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CFT aguardando apreciação do parecer do relator, deputado Armando Monteiro (PTB/PE), pela aprovação com emenda; CTASP – aprovado com substitutivo.

Situação Atual: Inalterada.

PL 2719/2007

PL 2719/2007 do deputado Eduardo da Fonte (PP/PE): Eleva de 30% para 60% o limite máximo para compensação dos prejuízos fiscais acumulados nos exercícios anteriores com o lucro apurado no exercício corrente para efeitos do IRPJ e da CSLL.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CFT aguardando apreciação do parecer do relator, deputado Carlito Merss (PT/SC), pela inadequação financeira e orçamentária.

Situação Atual: CD – Encontra-se na CFT aguardando parecer do relator, deputado Jorge Boeira (PT/SC).

PLP 243/2001

PLP 243/2001 do deputado Chico da Princesa (PTB/PR): Altera a Lei Kandir para estabelecer que o ICMS não incidirá sobre transferência de mercadorias entre estabelecimentos do mesmo titular, destinadas a conserto ou substituição de partes do ativo permanente.

Situação da Agenda: CD – Apensado ao PLP 221/1998, que se encontra na CCJC, aguardando designação de relator.

Situação Atual: Inalterada.

PROPOSIÇÕES COM
POSICIONAMENTO CONVERGENTE

PLP 107/2007

PLP 107/2007 do deputado Carlos Bezerra (PMDB/MT): Altera o art 168 do CTN para determinar que, nos casos de pagamento indevido de imposto, o prazo para pleitear o valor pago indevidamente será de cinco anos contados da homologação do crédito tributário (e não da extinção do crédito, como previsto na legislação vigente).

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CFT aguardando apreciação do parecer do relator, deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ), pela aprovação.

Situação Atual: Inalterada.

PLP 275/2008

PLP 275/2008 do deputado Augusto Carvalho (PPS/DF): Reduz de cinco para um ano os prazos da Fazenda Nacional para: lançamento por homologação, constituição e extinção do crédito tributário, e prescrição para cobrança do crédito.

Situação da Agenda: CD – Apensado ao PLP 129/2007, que se encontra na CFT aguardando do parecer do relator, deputado Rocha Loures (PMDB/PR).

Situação Atual: Inalterada.

PLS 492/2007

PLS 492/2007 do senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA): Possibilita ao contribuinte compensar débitos próprios relativos a quaisquer tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com créditos constituídos, relativos a contribuições administradas por esse mesmo órgão, incidentes sobre folha de salários, devidas pelas empresas, e sobre o salário de contribuição, devidas pelos empregados.

Situação da Agenda: SF – Encontra-se na CAS aguardando apreciação do parecer do relator, senador Wellington Salgado (PMDB/MG), pela rejeição deste e pela aprovação, com emenda, do PLS 699/2007, de conteúdo similar ao PLS 492/2007.

PROPOSIÇÕES COM
POSICIONAMENTO CONVERGENTE

Situação Atual: SF – Encontra-se na CAE aguardando parecer do relator, senador Francisco Dornelles (PP/RJ); CAS – rejeitado e aprovado, com emenda, o PLS 699/2007, de conteúdo similar.

PL 6607/2006

PL 6607/2006 do deputado Bernardo Ariston (PMDB/RJ): O substitutivo aprovado fixa em 120 dias o prazo de validade das seguintes certidões: a)Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela CEF; b)Certidão Negativa de Débito, emitida pelo INSS; c) Certidão Negativa de Inscrição da Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional; e d) Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, emitida pela Secretaria da Receita Federal.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CTASP aguardando apreciação do parecer do relator, deputado Daniel Almeida (PC do B/BA), pela aprovação deste e do PL 363/2007, apensado, com substitutivo.

Situação Atual: CD – Encontra-se na CCJC aguardando designação de relator; CTASP – aprovado com substitutivo.

Indicações Setoriais

PLS 237/2008

PLS 237/2008 da senadora Kátia Abreu (DEM/TO): Isenta do pagamento do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) as cargas de defensivos e fertilizantes e suas matérias.

Situação da Agenda: SF – Encontra-se na CAE aguardando parecer do relator, senador Eduardo Suplicy (PT/SP).

Situação Atual: SF – Encontra-se na CI aguardando parecer do relator, senador Gilberto Goellmer (DEM/MT).

PROPOSIÇÕES COM
POSICIONAMENTO CONVERGENTE

PL 4148/2008

PL 4148/2008 do deputado Luis Carlos Heinze (PP/RS): Determina que os alimentos que contenham em sua composição OGM em quantidade superior a 1% devem informar sobre a presença destes ingredientes em suas embalagens.

Situação da Agenda: CD – Apensado ao PL 5848/2005 que se encontra na CCJC aguardando apreciação do parecer do relator, deputado Ricardo Barros (PP/PR), pela rejeição do PL 5848/2005 e à emenda adotada pela CDEIC e pela aprovação do PL 4148/2008; CDEIC – aprovado com emenda; CDC – rejeitado.

Situação Atual: CD – Encontra-se em Plenário pronto para Ordem do Dia; CDEIC – aprovado com emenda; CDC – rejeitado; CCJC – aprovado.

PL 7375/2006

PL 7375/2006 (PLS 16/2004 do senador Eduardo Azeredo – PSDB/MG): Exige a colocação da advertência "MANTENHA LIMPA" em embalagens de bebidas, recomendando o uso de material protetor para evitar contaminação do produto.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CDEIC aguardando parecer do relator, deputado Vicentinho Alves (PR/TO); CSSF – aprovado; CDC – aprovado.

Situação Atual: CD – Encontra-se na CDEIC aguardando parecer do relator, deputado Fernando Coelho Filho (PSB/PE).

PLS 106/2008

PLS 106/2008 do senador Renato Casagrande (PSB/ES): Aplica fatores de redução no cálculo do IR incidente sobre o ganho de capital na alienação de bens imóveis para pessoas jurídicas não tributadas com base no lucro real e com sede no país. Hoje somente pessoas físicas recebem o benefício.

Situação da Agenda: SF – Encontra-se na CAE aguardando designação de relator.

PROPOSIÇÕES COM
POSICIONAMENTO CONVERGENTE

Situação Atual: CD – Encontra-se na CAE aguardando apreciação do parecer do relator, senador Efraim Morais – DEM/PB, pela aprovação.

PEC 516/2002

PEC 516/2002 do deputado Jair Meneguelli (PT/SP): Veda a instituição de impostos sobre medicamentos incluídos em programas governamentais de assistência farmacêutica, definidos em lei.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CCJC aguardando apreciação do parecer do relator, deputado Colbert Martins (PMDB/BA), pela admissibilidade.

Situação Atual: Inalterada.

PLS 28/2006

PLS 28/2006 do senador Ney Suassuna (PMDB/PB): Determina que medicamentos pertencentes a categorias consideradas como de alta competitividade não se submeterão a controle de preços.

Situação da Agenda: SF – Encontra-se na CAS aguardando apreciação do parecer do relator, senador Romeu Tuma (DEM/SP), pela rejeição.

Situação Atual: SF – Encontra-se na CAS aguardando parecer do relator, senador Sérgio Guerra (PSDB/PE).

PDC 135/2007

PDC 135/2007 do deputado Bruno Araújo (PSDB/PE): Susta os efeitos da Resolução CMED 04/2006 da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, que dispõe sobre o Coeficiente de Adequação de Preços (CAP) e sua aplicação.

PROPOSIÇÕES COM
POSICIONAMENTO CONVERGENTE

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CDEIC aguardando parecer do relator, deputado Vanderlei Macris (PSDB/SP).

Situação Atual: CD– Encontra-se na CDEIC aguardando parecer do relator, deputado Miguel Corrêa (PT/MG).

PL 2995/2008

PL 2995/2008 do deputado Luciano Pizzato (DEM/PR): Altera a Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428/2006), para incluir regras relacionadas à exploração seletiva de espécies da flora do bioma Mata Atlântica em área de vegetação secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração.

Situação da Agenda: CD – Apensado ao PL 2441/2007, que se encontra na CAPADR aguardando apreciação do parecer do relator, deputado Zonta (PP/SC), pela aprovação com substitutivo.

Situação Atual: CD – Apensando ao PL 2441/2007, que se encontra na CMADS aguardando parecer do relator, deputado Luiz Carreira (DEM/BA); CAPADR – aprovado.

PLS 403/2008

PLS 403/2008 do senador Delcídio Amaral (PT/MS): Amplia os tipos de minerais que poderão ser objeto de pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento em faixa de fronteira (areias, cascalhos, rochas e outras substâncias minerais utilizadas para paralelepípedos, guias, sarjetas, moirões e afins; argilas usadas no fabrico de cerâmica vermelha; britas para uso imediato na construção civil e calcários).

Situação da Agenda: SF – Encontra-se na CCJ aguardando designação de relator.

Situação Atual: SF – Encontra-se na CCJ aguardando parecer do relator, senador Eliseu Resende (DEM/MG).

PROPOSIÇÕES COM
POSICIONAMENTO CONVERGENTE

PL 1610/1996

PL 1610/1996 (PLS 121/1995 do senador Romero Jucá – PMDB/RR): Exige autorização do Congresso Nacional para a pesquisa e a lavra de recursos minerais em terras indígenas. Assegura às comunidades afetadas participação nos resultados da lavra, sob os regimes de autorização de pesquisa e de concessão de lavra de que trata o Código de Mineração.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CESP aguardando apreciação do parecer do relator, deputado Eduardo Valverde (PT/RO), pela aprovação com substitutivo; CME – aprovado; CAINDR – aprovado.

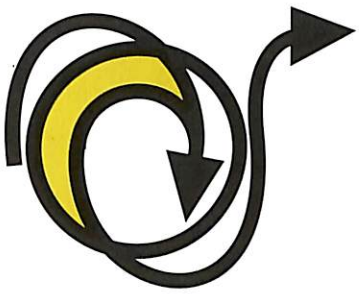
Situação Atual: Inalterada.

PLC 31/2008

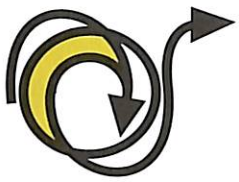
PLC 31/2008 (PL 2576/2000 do deputado Fernando Gabeira – PV/RJ): Define limites à exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos, associados ao funcionamento de estações transmissoras de radiocomunicação, de terminais de usuário e de sistemas de energia elétrica nas faixas de freqüências até 300 GHz. Objetiva-se garantir a proteção da saúde e do meio ambiente. Estão sujeitas à lei as prestadoras de serviço que utilizou estações transmissoras de radiocomunicação, os fornecedores de terminais de usuário comercializados no país e as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços de energia elétrica.

Situação da Agenda: SF – Encontra-se na CAS aguardando apreciação do parecer do relator, senador Eduardo Azeredo (PSDB/MG), pela aprovação; CCJ – aprovado; CMA – aprovado.

Situação Atual: Transformado na Lei nº 11.934, de 5 de maio de 2009.



CONVERGENTE
COM RESSALVAS



PROPOSIÇÕES COM POSICIONAMENTO
CONVERGENTE COM RESSALVAS

Regulamentação da Economia

PL 1893/2007

PL 1893/2007 do deputado Paulo Teixeira (PT/SP): O Poder Executivo Federal poderá decretar suspensão e diluição temporárias ou extinção da proteção de direitos de propriedade intelectual, de pessoas naturais ou jurídicas domiciliadas em outro país, quando este, em detrimento de interesses comerciais do Brasil, não implementar decisões e recomendações do Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da Organização Mundial do Comércio.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CREDN aguardando designação de relator; CAPADR – aprovado; CDEIC – aprovado.

Situação Atual: CD – Encontra-se na CREDN aguardando parecer do relator, deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP); CAPADR – aprovado; CDEIC – aprovado.

PDS 430/2008

PDS 430/2008 (PDC 387/2007 do Poder Executivo): Submete o Protocolo de Adesão da Venezuela ao MERCOSUL à ratificação do Congresso Nacional.

Situação da Agenda: SF – Encontra-se na CRE aguardando designação de relator.

Situação Atual: SF – Encontra-se na CRE aguardando parecer do relator, senador Tasso Jereissati (PSDB/CE).

PLC 84/2006

PLC 84/2006 (PL 4801/2001 do Poder Executivo): Estabelece as normas para comprovação e certificação de origem à importação de produtos objeto de aplicação de direitos *antidumping*, medidas compensatórias, medidas de salvaguarda e quaisquer restrições quantitativas.

PROPOSIÇÕES COM POSICIONAMENTO
CONVERGENTE COM RESSALVAS

Situação da Agenda: SF – Encontra-se na CRE aguardando parecer do relator, senador Antônio Carlos Valadares (PSB/SE).

Situação Atual: SF – Encontra-se na CRE aguardando apreciação do parecer do relator, senador Antônio Carlos Valadares (PSB/SE), pela aprovação com emendas.

PLP 379/2008

PLP 379/2008 do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP): Altera a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas para estabelecer o limite máximo de receita bruta anual para efeito de enquadramento no Simples Nacional: de R$ 2.400.000,00 para R$ 3.000.000,00, R$ 5.000.000,00 e R$ 7.000.000,00, a partir de janeiro de 2011, 2013 e 2015, respectivamente.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CFT aguardando parecer do relator, deputado Cláudio Antônio Vignatti (PT/SC); CDEIC – aprovado.

Situação Atual: Inalterada.

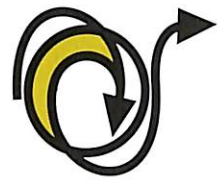
Questões Institucionais

PEC 511/2006

PEC 511/2006 (PEC 72/2005 do senador Antônio Carlos Magalhães – DEM/BA): Altera o rito de tramitação das medidas provisórias. Põe fim ao trancamento da pauta de votações e cria regras para a edição de MPs de crédito extraordinário.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se em Plenário aguardando apreciação em 2º turno (aprovada com substitutivo em 1º turno); CCJC – pela admissibilidade; CESP – aprovado com substitutivo.

Situação Atual: Inalterada.



PROPOSIÇÕES COM POSICIONAMENTO
CONVERGENTE COM RESSALVAS

Legislação Trabalhista

PL 4028/2008

PL 4028/2008 da deputada Rita Camata (PMDB/ES): Faculta ao pai empregado de empresa participante do Programa Empresa Cidadã requerer a ampliação da licença-paternidade remunerada para 30 dias, quando a empresa da gestante não optar pela adesão ao Programa.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CTASP aguardando parecer do relator, deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG); CSSF – aprovado.

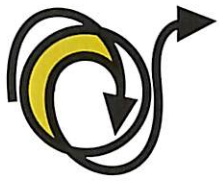
Situação Atual: CD – Encontra-se na CTASP aguardando apreciação do parecer do relator, deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG), pela aprovação; CSSF – aprovado.

PL 6541/2006

PL 6541/2006 da Comissão Especial Mista de Regulamentação da Emenda 45: Institui o Fundo de Garantia de Execuções Trabalhistas – FGET com a função de assegurar, subsidiariamente, o pagamento dos créditos decorrentes de decisões condenatórias transitadas em julgado proferidas pela Justiça do Trabalho, no valor de até 40 salários mínimos. Dentre os recursos do FGET, está a contribuição devida pelo empregador equivalente a 5% do valor adiantado pelo FGET ao trabalhador.

Situação da Agenda: CD – Apensado ao PL 4597/2004, que se encontra na CCJC aguardando parecer do relator, deputado José Eduardo Cardozo (PT/SP).

Situação Atual: Inalterada.



PROPOSIÇÕES COM POSICIONAMENTO
CONVERGENTE COM RESSALVAS

PLS 39/2007

PLS 39/2007 do senador Álvaro Dias (PSDB/PR): Estabelece que o juiz determinará o arquivamento do processo de execução trabalhista quando, por responsabilidade exclusiva do autor, não for dada continuidade à execução pelo prazo de um ano. Decorridos cinco anos da decisão de arquivamento, sem que tenha ocorrido fato novo, o juiz poderá decretar a prescrição do crédito.

Situação da Agenda: SF – Encontra-se na CAS, aguardando apreciação do parecer do relator, senador Jayme Campos (DEM/MT), pela aprovação.

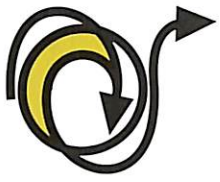
Situação Atual: Inalterada.

PLS 112/2006

PLS 112/2006 do senador José Sarney (PMDB/AP): Fixa em 3% a reserva de mercado para beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, possibilitando computar nesse percentual o portador de deficiência empregado de forma terceirizada ou inserido em programas de profissionalização.

Situação da Agenda: SF – Encontra-se na CCJ aguardando apreciação do parecer da relatora, senadora Lúcia Vânia (PSDB/GO), pela aprovação com emendas.

Situação Atual: Inalterada.



PROPOSIÇÕES COM POSICIONAMENTO
CONVERGENTE COM RESSALVAS

Meio Ambiente

PL 6424/2005

PL 6424/2005 do senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA): Permite a reposição florestal e a recomposição da reserva legal mediante o plantio de palmáceas em áreas alteradas. Reduz a reserva legal em área de floresta na Amazônia Legal para até 50% do imóvel, quando previsto em Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE e autoriza a compensação da reserva legal em outra bacia hidrográfica, no mesmo estado, em área equivalente a 75% do total devido.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CMADS aguardando apreciação do parecer do relator, deputado Jorge Khoury (DEM/BA), pela aprovação com substitutivo; CAPADR – aprovado com substitutivo.

Situação Atual: Inalterada.

PL 3535/2008

PL 3535/2008 do Poder Executivo: Institui a Política Nacional de Mudanças Climáticas (PNMC), fixando seus objetivos, princípios, diretrizes e instrumentos, servindo como orientadora para o Plano Nacional sobre Mudança do Clima, bem como outros planos, programas, projetos e ações relacionados, direta ou indiretamente, à mudança do clima, que sejam implementados pelos demais entes federados.

Situação da Agenda: CD – Apensado ao PL 18/2007, que aguarda instalação de CESP.

Situação Atual: Inalterada.

PROPOSIÇÕES COM POSICIONAMENTO
CONVERGENTE COM RESSALVAS

Infraestrutura

PL 7397/2006

PL 7397/2006 do deputado Júlio Semeghini (PSDB/SP): Fixa os limites das Áreas de Preservação Permanentes a serem mantidas ao redor de reservatórios de água.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CMADS aguardando designação de relator; CDU – aprovado com substitutivo.

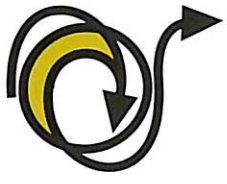
Situação Atual: CD – Encontra-se na CME aguardando parecer do relator, deputado Ciro Pedrosa (PV/MG); CDU – aprovado com substitutivo.

PL 1563/2007

PL 1563/2007 do deputado Paulo Teixeira (PT/SP): Promove o uso de fontes renováveis para a geração de energia elétrica, a universalização, a geração distribuída e a racionalização energética. Para isso, institui os seguintes programas: a) Programa de Fontes Alternativas para Sistemas Isolados (Fais); b) Programa de Aquecimento de Água por Energia Solar (Paes); c) Programa de Incentivo à Geração Distribuída (PGD). Obriga a concessionária local a comprar a energia produzida pelo pequeno produtor a partir de fontes alternativas e renováveis, conforme preço estabelecido pelo Poder Concedente, tendo como piso 100% da tarifa média nacional de fornecimento ao consumidor final do último ano.

Situação da Agenda: CD – Apensado ao PL 630/2003, que se encontra na CESP aguardando parecer do relator, deputado Fernando Ferro (PT/PE).

Situação Atual: Inalterada.



PROPOSIÇÕES COM POSICIONAMENTO
CONVERGENTE COM RESSALVAS

Sistema Tributário

PLP 342/2006

PLP 342/2006 do deputado Osvaldo Reis (PMDB/TO): Proíbe a inclusão do montante do próprio imposto na base de cálculo do ICMS.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CCJC aguardando parecer do relator, deputado Sandro Mabel (PR/GO); CFT – rejeitado.

Situação Atual: Inalterada.

PEC 225/2008

PEC 225/2008 do deputado Luiz Carreira (DEM/BA): Dispõe que a União deverá ressarcir integralmente os estados e o DF pelas perdas arrecadatórias decorrentes da não-incidência do ICMS sobre exportações de produtos primários e semi-elaborados.

Situação da Agenda: CD – Apensada à PEC 215/2007, que se encontra na CCJC aguardando apreciação do parecer do relator, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT/RJ), pela admissibilidade desta e da PEC 255/2008, apensada.

Situação Atual: CD – Apensada à PEC 31/2007, que se encontra em Plenário pronta para Ordem do Dia; CCJC – pela admissibilidade; CESP – aprovada com substitutivo.

PL 5250/2005

PL 5250/2005 (PLS 245/2004 do senador Fernando Bezerra – PTB/RN): Autoriza parcelamento de débitos tributários e previdenciários, além de dívidas ambientais e relativas ao FGTS, de empresas submetidas a recuperação judicial.

Situação da Agenda: CD – Aguarda instalação de CESP.

Situação Atual: Inalterada.

PROPOSIÇÕES COM POSICIONAMENTO
CONVERGENTE COM RESSALVAS

Infraestrutura Social

PL 7200/2006

PL 7200/2006 do Poder Executivo: Fixa normas gerais de educação superior aplicáveis às instituições públicas de ensino e particulares de ensino superior mantidas por pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado. Define, ainda, critérios de avaliação das universidades federais para balizar a distribuição de recursos e estabelece que durante o período de dez anos, a partir da publicação da Lei, a União aplicará, anualmente, nas instituições federais de ensino superior, nunca menos que o equivalente a 75% da receita constitucionalmente vinculada à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Situação da Agenda: CD – Apensado ao PL 4212/2004, que aguarda constituição de CESP.

Situação Atual: CD – Apensado ao PL 4212/2004, que se encontra na CESP aguardando parecer do relator, deputado Jorginho Maluly (DEM/SP).

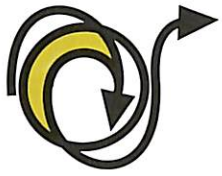
Indicações Setoriais

PEC 23/2006

PEC 23/2006 do senador Edison Lobão (DEM/MA): Veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tributos sobre gêneros essenciais à alimentação humana básica, conforme definidos em lei complementar.

Situação da Agenda: SF – Encontra-se na CCJ aguardando designação de relator.

Situação Atual: SF – Encontra-se na CCJ aguardando parecer do relator, senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA.)



PROPOSIÇÕES COM POSICIONAMENTO
CONVERGENTE COM RESSALVAS

PL 3057/2000

PL 3057/2000 do deputado Bispo Wanderval (PS/SP): Institui a Lei de Responsabilidade Territorial Urbana, que disciplinará o parcelamento do solo e a regularização fundiária sustentável de áreas urbanas, sem prejuízo das disposições aplicáveis estabelecidas por leis federais, estaduais ou municipais.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se em Plenário pronto para a Ordem do Dia; CDU – aprovado com substitutivo; CESP – aprovado com substitutivo.

Situação Atual: Inalterada.

PLC 83/2005

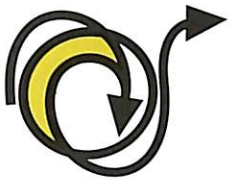
PLC 83/2005 (PL 936/2003 do deputado Rogério Silva – PPS/MT): Eleva de 5 para 10 anos o prazo de responsabilidade civil do empreiteiro pela solidez e segurança da obra nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis.

Situação da Agenda: SF – Encontra-se na CCJ aguardando parecer do relator, senador Aloizio Mercadante (PT/SP).

Situação Atual: Inalterada.

PL 4091/2008

PL 4091/2008 do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP): Permite a recomposição de até 50% da reserva legal por meio do plantio temporário de espécies arbóreas exóticas, intercaladas com espécies nativas de ocorrência regional, ou pela implantação de Sistemas Agroflorestais. Permite a exploração econômica, mediante manejo sustentável da área de reserva legal recomposta, conforme dispuser regulamento. Prevê benefícios fiscais ou creditícios para o proprietário ou o titular responsável pela exploração de imóvel que mantém a reserva legal exclusivamente com vegetação nativa. Amplia o rol de crimes ambientais.



PROPOSIÇÕES COM POSICIONAMENTO
CONVERGENTE COM RESSALVAS

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CAPADR aguardando parecer do relator, deputado Cezar Silvestri (PPS/PR).

Situação Atual: CD – Encontra-se na CAPADR aguardando apreciação do parecer do relator, deputado Cezar Silvestri (PPS/PR), pela aprovação com emendas.

PLS 316/2008

PLS 316/2008 do senador Romero Jucá (PMDB/RR): Veda o uso de produtos fumígeros em recintos fechados. Para os recintos coletivos fechados com área superior a 100 m², ficará a critério do proprietário ou responsável a segregação de áreas para fumantes, equivalentes a, no máximo, 30% da área total.

Situação da Agenda: SF – Encontra-se na CCJ aguardando designação de relator.

Situação Atual: SF – Encontra-se na CCJ aguardando apreciação do parecer da relatora, senadora Marina Silva (PT/AC), pela rejeição.

ECD 372/2005

ECD 372/2005 (Emenda da CD) – PL 345/2007 (PLS 372/2005 do senador Romeu Tuma – PTB/SP): Disciplina o desmanche de veículos automotores terrestres para comercialização de suas partes como peças de reposição ou sucata, definindo os veículos que poderão ser utilizados para esse fim. Entre as emendas aprovadas na Câmara, destacam-se as que propõem: (i) inclusão da empresa individual no alcance da lei; (ii) exigência da manifestação prévia da polícia civil para a emissão de autorização de funcionamento dos estabelecimentos; (iii) exigência de comunicação obrigatória de modificações societárias, de pessoal e outras, à polícia civil do Estado ou do DF responsável pela repressão ao furto/roubo de veículos e (iv) exigência prévia de autorização para regravações.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CCJC aguardando designação de relatoria; CVT – aprovado; CDEIC – aprovado com emendas; CCJC – aprovado com emendas.

Situação Atual: SF – Encontra-se na CCJ aguardando parecer do relator, senador Antônio Carlos Valadares (PSB/SE), sobre as emendas aprovadas na Câmara dos Deputados.

DIVERGENTE,
COM RESSALVAS

PROPOSIÇÕES COM POSICIONAMENTO
DIVERGENTE, COM RESSALVAS

Regulamentação da Economia

PL 6264/2005

PL 6264/2005 (PLS 213/2003 do senador Paulo Paim – PT/RS): Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Estabelece regras para reconhecimento de titularidade de terras às comunidades remanescentes dos quilombos e institui sistema de cotas na educação.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CESP aguardando apreciação do parecer do relator, deputado Antônio Roberto (PV/MG), pela aprovação com substitutivo.

Situação Atual: Inalterada.

Questões Institucionais

PEC 351/2009

PEC 351/2009 (PEC 12/2006 do senador Renan Calheiros – PMDB/AL): Cria o regime especial de pagamento de precatórios vencidos para Estados, Distrito Federal e Municípios. As entidades federativas devedoras deverão vincular percentual sobre as respectivas receitas correntes líquidas para a quitação dos precatórios. Dos recursos depositados em conta especial, serão destinados: 60% para o pagamento de precatórios em leilões; 40% para pagamento à vista de precatórios não quitados em leilão, na ordem crescente de valor.

Situação da Agenda: SF – Encontra-se na CCJ aguardando parecer do relator, senador Valdir Raupp (PMDB/RO).

Situação Atual: SF – Encontra-se na CCJC aguardando parecer do relator, deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ); Senado – aprovado com substitutivo.

Legislação Trabalhista

PLP 208/2004

PLP 208/2004 do deputado Valverde (PT/RO): Obriga a empresa que desenvolver reestruturação produtiva ou provocar transformações significativas nas condições de trabalho a ajustar com o sindicato profissional ou comissão de empregados medidas compensatórias e preventivas, visando sanar os possíveis efeitos negativos das medidas adotadas.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CCTCI aguardando parecer do relator, deputado Paulo Henrique Lustosa (PMDB/CE).

Situação Atual: Inalterada.

PL 133/2007

PL 133/2007 do deputado Flávio Dino (PCdoB/MA): Estabelece que pessoa, ato ou negócio jurídico poderá ser desconsiderado por autoridade fiscal, após decisão judicial autorizadora, para fins de reconhecimento de relação de emprego e conseqüente imposição de tributos, sanções e encargos. A autorização judicial será dispensável em caso de fraude ou de hipossuficiência do prestador do serviço, assim reconhecida pela autoridade fiscal, em ato motivado.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CTASP aguardando parecer do relator, deputado Milton Monti (PR/SP).

Situação Atual: Inalterada.

PL 4302/1998

PL 4302/1998 do Poder Executivo: Altera a Lei que dispõe sobre o trabalho temporário (Lei nº 6019/74) e regula a prestação de serviços a terceiros. Retomada, na Comissão de Trabalho da Câmara, a responsabilidade solidária do tomador de serviços pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados terceirizados.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CCJC aguardando parecer do relator, deputado Colbert Martins (PMDB/BA); CTASP – aprovado com destaques o substitutivo do Senado Federal.

Situação Atual: Inalterada.

DIVERGENTE

PROPOSIÇÕES COM
POSICIONAMENTO DIVERGENTE

Regulamentação da Economia

PL 3769/2004

PL 3769/2004 do deputado Celso Russomanno (PP/SP): Obriga os fabricantes e importadores a manterem a oferta, por período não inferior a dez anos, de componentes e peças de reposição de bens duráveis, incluindo os veículos.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CDEIC. Devolvido ao relator, deputado Vanderlei Macris (PSDB/SP), para exame de novos projetos.

Situação Atual: CD – Encontra-se na CDEIC aguardando designação de relator.

PL 4240/2008

PL 4240/2008 do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) : Limita a aquisição e o arrendamento de propriedade rural por pessoa física ou jurídica estrangeira e também para a pessoa jurídica brasileira da qual participem, a qualquer título, pessoas estrangeiras físicas ou jurídicas que tenham a maioria do seu capital social e residam ou tenham sede no exterior.

Situação da Agenda: CD – Apensado ao PL 2289/2007, que se encontra na CREDN aguardando parecer do relator, deputado Claudio Cajado (DEM/BA).

Situação Atual: Inalterada.

Questões Institucionais

PLP 75/2003

PLP 75/2003 do deputado Eduardo Cunha (PPB/RJ): Condiciona a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada em matéria tributária ao depósito do montante integral do crédito tributário até o trânsito em julgado do mérito.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CCJC aguardando parecer do relator, deputado Sandro Mabel (PR/GO); CFT – aprovado.

Situação Atual: Inalterada.

PLS 219/2008

PLS 219/2008 do senador Demóstenes Torres (DEM/GO): Assegura ao Ministério Público a possibilidade de acesso aos dados financeiros e bancários de pessoas físicas e jurídicas, independente de autorização judicial, quando houver inquérito civil ou procedimento investigatório instaurado.

Situação da Agenda: SF – Encontra-se na CCJ aguardando designação de relator.

Situação Atual: SF – Encontra-se na CCJ. Devolvido ao relator, senador Eduardo Suplicy (PT/SP), para reexame.

Legislação Trabalhista

PL 557/2007

PL 557/2007 do deputado Tarcísio Zimmermann (PT/RS): Prevê que as cláusulas dos acordos, convenções ou contratos coletivos de trabalho integrarão os contratos individuais de trabalho e que essas cláusulas somente poderão ser reduzidas ou suprimidas por posterior negociação coletiva.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CTASP aguardando apreciação do parecer do relator, deputado Tadeu Filippelli (PMDB/DF), pela aprovação com substitutivo.

Situação Atual: CD – Encontra-se na CTASP aguardando parecer do relator, deputado Sérgio Moraes (PTB/RS).

PROPOSIÇÕES COM
POSICIONAMENTO DIVERGENTE

PL 1562/2007

PL 1562/2007 do deputado Nelson Pellegrino (PT/BA): Garante a percepção de adicional de periculosidade de 30% sobre o salário para o trabalhador que exercer suas atividades sujeito a riscos acentuados de acidentes de trânsito, acidentes do trabalho, roubos ou outras espécies de violência física.

Situação da Agenda: CD – Apensado ao PL 1033/2003, que se encontra na CCJC aguardando apreciação do parecer do relator, deputado Geraldo Pudim (PMDB/RJ), pela constitucionalidade deste, do substitutivo da CTASP e do PL 1562/2007, apensado; CTASP – aprovado com substitutivo.

Situação Atual: CD – Apensado ao PL 1033/2003, que se encontra em Plenário aguardando apreciação dos recursos; CTASP – aprovado com substitutivo; CCJC – aprovado com substitutivo.

PLS 294/2008

PLS 294/2008 do senador Paulo Paim (PT/RS): Aumenta para 50%, 30% e 20% os percentuais referentes ao adicional de insalubridade, conforme o grau de risco máximo, médio e mínimo, respectivamente. O percentual incidirá sobre o salário pago ao empregado.

Situação da Agenda: SF – Encontra-se na CAS aguardando parecer da relatora, senadora Rosalba Ciarlini (DEM/RN).

Situação Atual: SF – Encontra-se na CAS aguardando apreciação do parecer da relatora, senadora Rosalba Ciarlini (DEM/RN), pela aprovação com emenda.

PROPOSIÇÕES COM
POSICIONAMENTO DIVERGENTE

PLS 200/2006

PLS 200/2006 do senador Paulo Paim (PT/RS): Insere, entre as prerrogativas do sindicato, a competência para atuar em juízo como substituto processual dos integrantes das categorias que representa, associados ou não, na defesa dos interesses individuais concernentes à relação de emprego ou funcional.

Situação da Agenda: SF – Encontra-se na CCJ aguardando designação de relator.

Situação Atual: SF – Encontra-se na CCJ aguardando parecer do relator, senador Valter Pereira (PMDB/MS).

PL 2424/2007

PL 2424/2007 do deputado Augusto Carvalho (PPS/DF): Condiciona o recolhimento da contribuição sindical para os respectivos sindicatos de categorias profissional ou econômica à prévia autorização individual do empregado, do trabalhador autônomo, do avulso ou do empregador.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CFT aguardando parecer do relator, deputado Marcelo Almeida (PMDB/PR).

Situação Atual: CD – Encontra-se na CFT aguardando parecer do relator, deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB/PR).

PL 1981/2003

PL 1981/2003 do deputado Vicentinho (PT/SP): Assegura a participação dos sindicatos no sistema de inspeção relativa às condições de trabalho e à proteção dos trabalhadores no exercício profissional.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CCJC aguardando parecer do relator, deputado Paes Landim (PTB/PI); CTASP – aprovado.

Situação Atual: Inalterada.

PROPOSIÇÕES COM
POSICIONAMENTO DIVERGENTE

PL 2699/2007

PL 2699/2007 do deputado Ricardo Berzoini (PT/SP): Substitui a expressão "Comunicação de Acidente do Trabalho" (CAT) por "Notificação de Agravo à Saúde do Trabalhador" (NAST), com o intuito de que outros agravos, como doença, transtorno, síndrome, disfunção, distúrbio, também sejam, obrigatoriamente, comunicados pelo empregador à Previdência Social.

Situação da Agenda: CD – Em 19/03/2009, retirado pelo autor.

Situação Atual: Inalterada.

PL 3222/2008

PL 3222/2008 do deputado Ricardo Berzoini (PT/SP): Amplia as alíquotas e os graus de risco baseado na atividade econômica da empresa para o financiamento do acidente do trabalho e da aposentadoria especial – a variação será de 0,1% a 6% conforme graus de risco em níveis de um a nove. Considera grau de risco predominante da empresa o que concentra o maior número de segurados empregados e trabalhadores avulsos, mesmo que em diversos estabelecimentos e em atividades distintas.

Situação da Agenda: CD – Em 16/03/2009, retirado pelo autor.

Situação Atual: Inalterada.

PL 3223/2008

PL 3223/2008 do deputado Ricardo Berzoini (PT/SP): Determina que o empregador remunerará integralmente o empregado afastado por doença pelo período de um a 150 dias, antes de encaminhá-lo ao INSS para o recebimento do auxílio-doença. Tal período irá variar conforme gradação prevista em tabela que considera a Classificação Internacional de Doenças (CID).

Situação da Agenda: CD – Em 11/03/2009, apresentado requerimento de retirada do projeto pelo autor.

Situação Atual: CD – Em 23/03/2009, retirado pelo autor.

PL 1780/2007

PL 1780/2007 do deputado Daniel Almeida (PCdoB/BA): Amplia a estabilidade do trabalhador vítima de acidente de trabalho, que apresenta redução na capacidade laboral, para até a aposentadoria por tempo de contribuição do segurado, independentemente de percepção de auxílio-acidente.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CTASP aguardando apreciação do parecer do relator, deputado Edgar Moury (PMDB/PE), pela aprovação com substitutivo.

Situação Atual: Inalterada.

PL 4734/2004

PL 4734/2004 do Poder Executivo: Fixa novos limites para os valores recursais na Justiça Trabalhista – até 60 salários mínimos para o recurso ordinário e até 100 salários mínimos para o recurso de revista e recursos posteriores.

Situação da Agenda: CD – Apensado ao PL 3165/2004, que se encontra em Plenário aguardando apreciação dos recursos; CTASP – aprovado com substitutivo; CCJC – aprovado com substitutivo.

Situação Atual: Inalterada.

PL 3427/2008

PL 3427/2008 do deputado Daniel Almeida (PCdoB/BA): Estabelece que, somente em casos excepcionais, o MTE atenderá requisições de empresas e sindicatos para a realização de perícia com o fim de caracterizar atividades insalubres ou perigosas. Caberá à empresa comprovar que propicia a seus trabalhadores meio ambiente sadio e seguro ou que adota as medidas preventivas para eliminar ou neutralizar os agentes nocivos e as causas de acidentes ou doenças ocupacionais.

PROPOSIÇÕES COM
POSICIONAMENTO DIVERGENTE

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CTASP aguardando parecer do relator, deputado Nelson Pellegrino (PT/BA).

Situação Atual: CD – Encontra-se na CTASP aguardando designação de relator.

PLS 513/2007

PLS 513/2007 do senador Paulo Paim (PT/RS): Proíbe o empregador de interpor ação judicial contra movimento grevista pacífico para impedir a ocupação da empresa ou a imposição de obstáculos ao seu funcionamento.

Situação da Agenda: SF – Encontra-se na CCJ aguardando apreciação do parecer do relator, senador Expedito Júnior (PR/RO), pela rejeição deste e pela aprovação do PLS 84/2007, com substitutivo.

Situação Atual: SF – Encontra-se na CCJ aguardando parecer do relator, senador Aloizio Mercadante (PT/SP).

PL 1/2007

PL 1/2007 (PLC 42/2007) do Poder Executivo: Dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 2007 e estabelece diretrizes para a sua política de valorização de 2008 a 2023. Emenda do Senado estendeu a política de reajuste aos benefícios previdenciários.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se em Plenário pronto para Ordem do Dia; CESP – aprovada a emenda do Senado Federal.

Situação Atual: Inalterada.

Meio Ambiente

PL 1254/2003

PL 1254/2003 do deputado César Medeiros (PT/MG): Obriga a realização de auditorias ambientais periódicas nas empresas ou entidades, de natureza pública ou privada, sujeitas ao licenciamento ambiental.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CMADS aguardando parecer do relator, deputado Luciano Pizzatto (DEM/PR); CDEIC – rejeitado.

Situação Atual: Encontra-se na CMADS aguardando parecer do relator, deputado Nilson Pinto (PSDB/PA); CDEIC – rejeitado.

PL 3729/2004

PL 3729/2004 do deputado Luciano Zica (PT/SP): Disciplina o processo de licenciamento ambiental, regulamenta o Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EPIA) e institui a Taxa de Licenciamento Ambiental Federal. Define como empreendimentos potencialmente causadores de significativa degradação do meio ambiente os assim considerados pelo licenciador; os incluídos em relação estabelecida por resolução do Conama e os incluídos em relação estabelecida pelos Estados ou pelo DF.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CMADS aguardando designação de relator.

Situação Atual: CD – Encontra-se na CMADS aguardando parecer do relator, deputado André de Paula (DEM/PE).

PL 2153/2007

PL 2153/2007 do deputado Vander Loubet (PT/MS): Institui a Certidão Negativa de Débito Ambiental (CNDA), a ser expedida segundo critérios definidos em regulamento.

PROPOSIÇÕES COM
POSICIONAMENTO DIVERGENTE

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CFT aguardando apreciação do parecer do relator, deputado Duarte Nogueira (PSDB/SP), pela rejeição; CMADS – rejeitado.

Situação Atual: CD – Encontra-se na CFT aguardando parecer do relator, deputado Félix Mendonça (DEM/BA); CMADS – rejeitado.

PL 3168/2008

PL 3168/2008 do deputado Juvenil (PRTB/MG): Veda a autorização, por qualquer órgão fiscalizador, de corte, no todo ou em parte, de matas renováveis que venham a substituir matas nativas, exceto nos casos em que seja comprovada a reserva legal.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CAPADR aguardando parecer do relator, deputado Homero Pereira (PR/MT).

Situação Atual: CD – Encontra-se na CAPADR aguardando apreciação do parecer do relator, deputado Luciano Pizzatto (DEM/PR), pela rejeição.

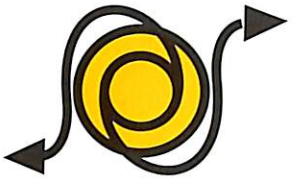
Sistema Tributário

PEC 13/2008

PEC 13/2008 do senador José Nery (PSOL/PA): Altera dispositivos relativos ao ITCMD, ICMS e DRU extinguindo a DRU e ICMS nas exportações.

Situação da Agenda: SF – Encontra-se na CCJ aguardando parecer do relator, senador Osmar Dias (PDT/PR).

Situação Atual: SF – Encontra-se na CCJ aguardando parecer do relator, senador Francisco Dornelles (PP/RJ).



PROPOSIÇÕES COM
POSICIONAMENTO DIVERGENTE

PL 3492/2008

PL 3492/2008 da deputada Jô Moraes (PCdoB/MG): Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas para impedir a dedução como despesa, para efeitos da apuração do lucro real, dos juros pagos aos acionistas a título de remuneração do capital próprio.

Situação da Agenda: CD – Apensado ao 3089/2008, que se encontra na CFT aguardando parecer do relator, deputado Antonio Palocci (PT/SP).

Situação Atual: Inalterada.

PEC 83/2007

PEC 83/2007 do senador Marcelo Crivella (PRB/RJ): Permite a incidência do ICMS na exportação de produtos primários e semi-elaborados e reparte o produto da arrecadação do imposto de exportação.

Situação da Agenda: SF – Encontra-se na CCJ aguardando o parecer do relator, senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA).

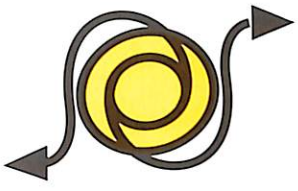
Situação Atual: SF – Encontra-se na CCJ aguardando apreciação do parecer do relator, senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), pela aprovação com emenda.

PLS 150/2008

PLS 150/2008 do senador Demóstenes Torres (DEM/GO): Inclui no rol dos títulos passíveis de protesto a Certidão da Dívida Ativa (CDA), desde que preencha os requisitos estabelecidos pela Lei nº 6.830/1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública.

Situação da Agenda: SF – Encontra-se na CAE aguardando apreciação do parecer do relator, senador Gilvam Borges (PMDB/AP), pela aprovação.

Situação Atual: Inalterada.



PROPOSIÇÕES COM
POSICIONAMENTO DIVERGENTE

Infraestrutura Social

PLP 189/2001

PLP 189/2001 da deputada Jandira Geghali (PCdoB/RJ): Assegura aposentadoria especial, a cargo do INSS, ao segurado do Regime Geral de Previdência Social que tiver exercido atividade sujeita a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física durante 15, 20 ou 25 anos.

Situação da Agenda: CD – Apensado ao PLP 60/1999, que se encontra na CFT aguardando parecer do relator, deputado Marcelo Almeida (PMDB/PR); CTASP – aprovado com substitutivo; CSSF – aprovado com substitutivo.

Situação Atual: CD – Apensado ao PLP 60/1999, que se encontra na CFT aguardando parecer do relator, deputado Félix Mendonça (DEM/BA); CTASP – aprovado com substitutivo; CSSF – aprovado com substitutivo.

PL 3299/2008

PL 3299/2008 (PLS 296/2003, do senador Paulo Paim – PT/RS): Extingue o fator previdenciário do cálculo de benefícios da Previdência e restabelece as regras, que vigoravam antes de sua criação, ou seja, o cálculo do salário-de-benefício voltará a ser feito pela média aritmética simples de todos os últimos salários-de-contribuição dos meses imediatamente anteriores ao do afastamento da atividade ou da data da entrada do requerimento, até o máximo de 36 meses, apurados em período não superior a 48 meses.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CFT aguardando parecer do relator, deputado Pepe Vargas (PT/RS); CSSF – aprovado.

Situação Atual: Inalterada.

PROPOSIÇÕES COM
POSICIONAMENTO DIVERGENTE

PL 32/1999

PL 32/1999 do deputado Paulo Rocha (PT/PA): Obriga a divulgação do balanço social para empresas com mais de 100 empregados. Empresas optantes pelo Simples e pela tributação com base no lucro presumido estarão dispensadas da nova obrigação.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CDEIC aguardando apreciação do parecer do relator, deputado Reginaldo Lopes (PT/MG), pela aprovação com substitutivo; CTASP – aprovado com emenda.

Situação Atual: Inalterada.

Indicações Setoriais

PL 3826/2008

PL 3826/2008 do deputado Valdir Colatto (PMDB/SC): Concede isenção do imposto de importação para máquinas, equipamentos e insumos utilizados na agricultura.

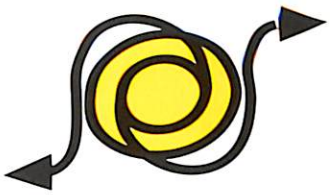
Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CAPADR aguardando apreciação do parecer do relator, deputado Davi Alcolumbre (DEM/AP), pela aprovação.

Situação Atual: CD – Encontra-se na CFT aguardando parecer do relator, deputado Pedro Eugênio (PT/PE); CAPADR – aprovado.

PEC 73/2007

PEC 73/2007 do senador Augusto Botelho (PT/RR)

Inclui os alimentos e as bebidas não alcoólicas no rol de produtos cuja propaganda comercial está sujeita a restrições legais.



PROPOSIÇÕES COM
POSICIONAMENTO DIVERGENTE

Situação da Agenda: SF – Encontra-se na CCJ aguardando designação de relator.

Situação Atual: SF – Encontra-se na CCJ aguardando a apreciação do parecer do relator, senador Lobão Filho (PMDB/MA), pela rejeição.

PL 3101/2008

PL 3101/2008 do deputado Edigar Mão Branca (PV/BA): Estabelece novas regras relativas às informações e especificações de quantidade e conteúdo de produtos em geral.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CDC aguardando parecer do relator, deputado Dr. Nechar (PV/SP).

Situação Atual: Inalterada.

PL 3700/2008

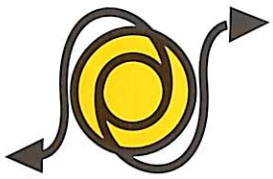
PL 3700/2008 do deputado Hermes Parcianello (PMDB/PR): Obriga as montadoras e fabricantes de motocicletas a adotarem o sistema de injeção eletrônica de combustível.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CMADS aguardando designação de relator.

Situação Atual: CD – Encontra-se na CMADS aguardando parecer da relatora, deputada Aline Corrêa (PP/SP).

PL 6378/2005

PL 6378/2005 do deputado Nilson Mourão (PT/AC): Obriga as fábricas e montadoras de motocicletas, motonetas, ciclomotores, triciclos e quadriciclos a instarem os seguintes itens nos veículos: antena de proteção contra linhas com cerol, fios e cabos aéreos; equipamento de segurança para proteção dos membros inferiores do condutor e passageiro; e pisca-alerta e dispositivo de acendimento automático de farol concomitante à ignição.



PROPOSIÇÕES COM
POSICIONAMENTO DIVERGENTE

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CCJC aguardando apreciação do parecer do relator, deputado João Magalhães (PMDB/MG), pela aprovação do projeto e dos substitutivos adotados pelas CDEIC e CVT; CDEIC – aprovado com substitutivo; CVT – aprovado com substitutivo.

Situação Atual: Inalterada.

PL 4846/1994

PL 4846/1994 do deputado Francisco Silva (PP/RJ): O substitutivo apresentado na Comissão Especial estabelece novas regras de propaganda e comercialização de bebidas alcoólicas, produtos fumígeros, medicamentos e terapias, e defensivos agrícolas.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se em Plenário pronto para a Ordem do Dia, em regime de urgência, pendente de parecer da CESP; CCTCI – aprovado com substitutivo.

Situação Atual: Inalterada.

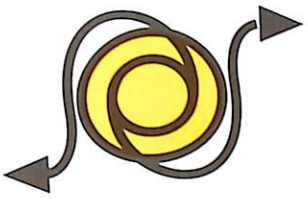
PL 4323/2008

PL 4323/2008 do deputado Vital do Rêgo Filho (PMDB/PB): Estabelece obrigações relativas à rotulagem aos fabricantes e importadores de produtos que utilizam pilhas e baterias.

Situação da Agenda: CD – Apensado ao PL 203/1991, que se encontra no Grupo de Trabalho sobre Resíduos Sólidos (GTRESID), aguardando parecer; CESP – aprovado com substitutivo.

Situação Atual: CD – Apensado ao PL 203/1991, que se encontra em Plenário pronto para Ordem do Dia; CESP – aprovado com substitutivo.

Obs.: Grupo de Trabalho sob a coordenação do deputado Arnaldo Jardim (PPS/SP) estuda a matéria visando apresentar Emenda Substitutiva em Plenário.



PROPOSIÇÕES COM POSICIONAMENTO DIVERGENTE

PL 3995/2008

PL 3995/2008 do deputado Paulo Teixeira (PT/SP): Altera a Lei de Propriedade Industrial para determinar que não serão patenteáveis: a) modelos (e não mais métodos) operatórios ou cirúrgicos; b) nova forma cristalina de substância compreendida no estado da técnica; e c) modificação de produto ou substância terapêutica objeto de patente, para o qual foi constatado utilidade ou uso diverso àquele explorado pelo titular da patente.

Situação da Agenda: CD – Apensado ao PL 2511/2007 que se encontra na CSSF aguardando parecer da relatora, deputada Rita Camata (PMDB/ES).

Situação Atual: CD – Apensado ao PL 2511/2007 que se encontra na CDEIC aguardando designação do relator; CSSF – aprovado.

PLC 53/2003

PLC 53/2003 (PL 1948/1999 do deputado Wilson Santos – PMDB/MT): Proíbe a concessão de incentivos fiscais da União à indústria tabagista, ressalvados os benefícios contidos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac).

Situação da Agenda: SF – Encontra-se na CCJ aguardando designação de relator.

Situação Atual: SF – Encontra-se na CCJ aguardando apreciação do parecer do relator, senador Antônio Carlos Valadares (PSB/SE), pela aprovação do projeto com emendas.

PLP 161/2000

PLP 161/2000 do deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE): Institui o Fundo de Reparação Civil destinado a ressarcir o SUS pela realização de despesas com o atendimento e o tratamento de pacientes portadores de patologias provocadas ou agravadas em consequência do tabagismo. Dentre as fontes de receita previstas para o Fundo, estão recursos repassados pela indústria fumageira e similares instaladas no país.

PROPOSIÇÕES COM
POSICIONAMENTO DIVERGENTE

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CSSF aguardando parecer do relator, deputado Geraldo Thadeu (PPS/MG); CDEIC – aprovado.

Situação Atual: Inalterada.

PL 1161/2007

PL 1161/2007 do deputado Arnon Bezerra (PTB/CE): Proíbe, a partir de 1º de janeiro de 2010, a fabricação, importação e comercialização de lâmpadas incandescentes em todo o território nacional.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CME aguardando parecer do relator, deputado Arnaldo Vianna (PDT/RJ).

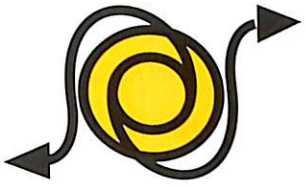
Situação Atual: Inalterada.

PL 1453/2007

PL 1453/2007 do deputado José Fernando Aparecido de Oliveira (PV/MG): Cria a *"participação especial"* a ser paga pelo produtor mineral quando houver grande volume de produção ou grande rentabilidade, cujo valor será de, no mínimo, 50% do total da compensação financeira devida pelo produtor. O percentual será aplicado sobre a receita bruta da produção, deduzidas as compensações financeiras, os investimentos na exploração, os custos operacionais, a depreciação e os tributos.

Situação da Agenda: CD – Apensado ao PL 1117/2007 que se encontra na CME aguardando parecer do relator, deputado José Otávio Germano (PP/RS).

Situação Atual: CD – Apensando ao PL 1117/2007 que se encontra na CME aguardando parecer do relator, deputado Alexandre Santos (PMDB/RJ).



PROPOSIÇÕES COM
POSICIONAMENTO DIVERGENTE

PLS 223/2008

PLS 223/2008 do senador João Pedro (PT/AM): Prevê que o licenciamento ambiental de empreendimentos que utilizam carvão mineral como combustível em seus processos industriais exija o cálculo das emissões de gases causadores do efeito estufa, quantificando o carbono emitido e a área necessária à reabsorção dessa quantidade mediante reflorestamento promovido pelo empreendedor.

Situação da Agenda: SF – Encontra-se na CI aguardando parecer do relator, senador Sérgio Guerra (PSDB/PE).

Situação Atual: Inalterada.

PLP 390/2008

PLP 390/2008 do deputado Roberto Rocha (PSDB/MA): Altera a Lei Kandir para estabelecer a incidência do ICMS sobre operações de exportação de minério *in natura*. Equipara às operações e prestações que se destinam ao exterior (já previstas na Lei Kandir) as saídas de mercadoria destinadas a: a) empresa comercial exportadora, inclusive tradings ou outro estabelecimento da mesma empresa; e b) armazém alfandegado ou entreposto aduaneiro.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CME aguardando parecer do relator, deputado André Vargas (PT/PR).

Situação Atual: Inalterada.

PL 4069/2008

PL 4069/2008 do deputado Juvenil (PRTB/MG): Impede a utilização de dióxido de cloro na produção de papel e determina que o processo de branqueamento de papel seja realizado a partir do *Chlorine free (TCF)*, com uso de oxigênio, peróxido de hidrogênio e ozônio.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CMADS aguardando apreciação do parecer do relator, deputado Marcos Montes (DEM/MG), pela rejeição.

PROPOSIÇÕES COM
POSICIONAMENTO DIVERGENTE

Situação Atual: CD – Encontra-se na CDEIC aguardando apreciação do parecer da relatora, deputada Rebecca Garcia (PP/AM), pela rejeição; CMADS – rejeitado.

PL 2707/2007

PL 2707/2007 do deputado Luiz Carlos Busato (PTB/RS): Proíbe a produção, o envase e o comércio de cerveja em garrafas PET. O descumprimento da lei ensejará advertência, multa, suspensão temporária ou definitiva da atividade industrial.

Situação da Agenda: CD – Apensado ao PL 203/1991 que se encontra no Grupo de Trabalho sobre Resíduos Sólidos (GTRESID), aguardando parecer; CESP – aprovado com substitutivo.

Situação Atual: CD – Apensado ao PL 203/1991, que se encontra em Plenário pronto para Ordem do Dia; CESP – aprovado com substitutivo.

Obs.: Grupo de Trabalho sob a coordenação do deputado Arnaldo Jardim (PPS/SP) estuda a matéria visando apresentar Emenda Substitutiva em Plenário.

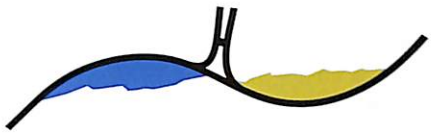
PL 612/2007

PL 612/2007 do deputado Flávio Bezerra (PMDB/CE): Os estabelecimentos comerciais utilizarão, obrigatoriamente, sacolas plásticas oxi-biodegradáveis quando do fornecimento de mercadorias a consumidores finais. Define plástico oxi-biodegradável. O descumprimento da lei ensejará, além de advertência e multa, suspensão do alvará de funcionamento do estabelecimento.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na CDEIC aguardando apreciação do parecer do relator, deputado Leandro Sampaio (PPS/RJ), pela aprovação deste e dos apensados com substitutivo.

Situação Atual: CD – Encontra-se na CDEIC. Devolvido ao relator, deputado Leandro Sampaio (PPS/RJ).

Índice



TEMA/SUBTEMA	PÁGINA	POSIÇÃO
PAUTA MÍNIMA		
Reforma Tributária		
PEC 31/2007 do deputado Virgílio Guimarães (PT/MG)	23	C/R
Política Econômica		
PLS 646/1999 do senador Jorge Bornhausen (PFL/SC)	23	C/R
PLC 85/2009 (PL 836/2003 do deputado Bernardo Ariston – PSB/RJ)	27	D/R
PL 305/2007 do deputado Armando Monteiro Neto (PTB/PE)	18	C
Custo de Financiamento		
PLC 6/2009 (3937/2004 do deputado Carlos Eduardo Cadoca – PMDB/PE)	18	C
Infraestrutura		
PLC 32/2007 (PL 7709/2007 do Poder Executivo)	24	C/R
PL 3337/2004 do Poder Executivo	24	C/R
Meio Ambiente		
PLP 388/2007 do Poder Executivo	19	C
PL 203/1991 (PLS 354/1989 do senador Francisco Rollemberg – PMN/SE)	25	C/R
PL 266/2007 dos deputados Rogério Lisboa (PFL/RJ) e Márcio Junqueira (PFL/RR)	19	C
Relações do Trabalho		
PLP 8/2003 do deputado Maurício Rands (PT/PE)	30	D
PL 4330/2004 do deputado Sandro Mabel (PL/GO)	20	C
PL 4653/1994 do deputado Paulo Paim (PT/RS)	31	D
DEMAIS PROPOSIÇÕES		
REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA		
Direitos de Propriedade e Contratos		
PL 3769/2004 do deputado Celso Russomanno (PP/SP)	63	D

TEMA/SUBTEMA	PÁGINA	POSIÇÃO
PL 6264/2005 (PLS 213/2003 do senador Paulo Paim – PT/RS)	59	D/R
PL 1893/2007 do deputado Paulo Teixeira (PT/SP)	48	C/R
PL 3401/2008 do deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	34	C
PL 4240/2008 do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)	63	D
Acordos Internacionais de Comércio e Investimentos		
PDS 430/2008 (PDC 387/2007 do Poder Executivo)	48	C/R
Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Inovação		
PL 3558/2008 da deputada Maria do Rosário (PT/RS)	34	C
Comércio Exterior		
PLC 176/2008 (PL 717/2003 do deputado Antonio Carlos Mandes Thame – PSDB/SP)	35	C
PLC 84/2006 (PL 4801/2001 do Poder Executivo)	48	C/R
Microempresas e Empresas de Pequeno Porte		
PLP 379/2008 do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)	49	C/R
Integração Nacional		
PL 4000/2008 do deputado Beto Faro (PT/PA)	35	C
QUESTÕES INSTITUCIONAIS		
PEC 351/2009 (PEC 12/2006 do senador Renan Calheiros – PMDB/AL)	59	D/R
PEC 511/2006 (PEC 72/2005 do senador Antônio Carlos Magalhães – DEM/BA)	49	C/R
PLP 75/2003 do deputado Eduardo Cunha (PPB/RJ)	63	D
PL 2249/2007 do deputado Armando Monteiro (PTB/PE)	35	C
PLS 219/2008 do senador Demóstenes Torres (DEM/GO)	64	D
LEGISLAÇÃO TRABALHISTA		
Sistema de Negociação e Conciliação		
PLS 76/2005 do senador Jefferson Peres (PDT/AM)	36	C
PL 557/2007 do deputado Tarcísio Zimmermann (PT/RS)	64	D
Adicionais		
PL 1562/2007 do deputado Nelson Pellegrino (PT/BA)	65	D
PLS 294/2008 do senador Paulo Paim (PT/RS)	65	D
Organização Sindical e Contribuição		
PLS 200/2006 do senador Paulo Paim (PT/RS)	65	D
PL 2424/2007 do deputado Augusto Carvalho (PPS/DF)	66	D

TEMA/SUBTEMA	PÁGINA	POSIÇÃO
Relações Individuais de Trabalho		
PLP 208/2004 do deputado Valverde (PT/RO)	60	D/R
PL 7386/2006 (PLS 116/2003 do senador Sérgio Zambiasi – PTB/RS)	36	C
PL 4028/2008 da deputada Rita Camata (PMDB/ES)	50	C/R
Segurança e Saúde do Trabalho		
PL 1981/2003 do deputado Vicentinho (PT/SP)	66	D
PL 2699/2007 do deputado Ricardo Berzoini (PT/SP)	67	D
PL 3222/2008 do deputado Ricardo Berzoini (PT/SP)	67	D
PL 3223/2008 do deputado Ricardo Berzoini (PT/SP)	67	D
Dispensa		
PL 1780/2007 do deputado Daniel Almeida (PCdoB/BA)	68	D
Justiça do Trabalho		
PL 4734/2004 do Poder Executivo	68	D
PL 6541/2006 da Comissão Especial Mista de Regulamentação da Emenda 45	50	C/R
PLS 39/2007 do senador Álvaro Dias (PSDB/PR)	51	C/R
PL 133/2007 do deputado Flávio Dino (PCdoB/MA)	60	D/R
PL 3427/2008 do deputado Daniel Almeida (PCdoB/BA)	68	D
Outras Modalidades de Contrato		
PLS 112/2006 do senador José Sarney (PMDB/AP)	51	C/R
PL 3584/2008 do deputado Carlos Bezerra (PMDB/MT)	36	C
Direito de Greve		
PLS 513/2007 do senador Paulo Paim (PT/RS)	69	D
Terceirização		
PL 4302/1998 do Poder Executivo	61	D/R
Política Salarial		
PL 1/2007 (PLC 42/2007) do Poder Executivo	69	D
MEIO AMBIENTE		
PEC 31/2005 do senador Augusto Botelho (PDT/RR)	37	C
PL 1254/2003 do deputado César Medeiros (PT/MG)	70	D
PL 3729/2004 do deputado Luciano Zica (PT/SP)	70	D
PL 3955/2004 do deputado José Santana de Vasconcellos (PL/MG)	37	C
PL 6424/2005 do senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	52	C/R

TEMA/SUBTEMA	PÁG.	POSIÇÃO
PL 2068/2007 do deputado Eduardo da Fonte (PP/PE)	38	C
PL 2153/2007 do deputado Vander Loubet (PT/MS)	70	D
PL 3168/2008 do deputado Juvenil (PRTB/MG)	71	D
PL 3535/2008 do Poder Executivo	52	C/R
INFRAESTRUTURA		
PLS 327/2006 do senador João Alberto Souza (PMDB/MA)	38	C
PL 7397/2006 do deputado Júlio Semeghini (PSDB/SP)	53	C/R
PL 1563/2007 do deputado Paulo Teixeira (PT/SP)	53	C/R
PL 2641/2007 do deputado Ricardo Barros (PP/PR)	39	C
SISTEMA TRIBUTÁRIO		
Carga Tributária, Criação de Tributos e Vinculação de Receitas		
PEC 13/2008 do senador José Nery (PSOL/PA)	71	D
PEC 284/2008 do deputado Armando Monteiro (PTB/PE)	39	C
PLP 342/2006 do deputado Osvaldo Reis (PMDB/TO)	54	C/R
PLP 378/2006 do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)	40	C
PL 2719/2007 do deputado Eduardo da Fonte (PP/PE)	40	C
PL 3492/2008 da deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	72	D
Desoneração das Exportações		
PEC 83/2007 do senador Marcelo Crivella (PRB/RJ)	72	D
PEC 225/2008 do deputado Luiz Carreira (DEM/BA)	54	C/R
Desoneração de Investimento		
PLP 243/2001 do deputado Chico da Princesa (PTB/PR)	40	C
Obrigações, Multas e Administração Tributárias		
PLP 107/2007 do deputado Carlos Bezerra (PMDB/MT)	41	C
PLP 275/2008 do deputado Augusto Carvalho (PPS/DF)	41	C
PL 5250/2005 (PLS 245/2004 do senador Fernando Bezerra – PTB/RN)	54	C/R
PLS 492/2007 do senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	41	C
Defesa do Contribuinte		
PL 6607/2006 do deputado Bernardo Ariston (PMDB/RJ)	42	C
PLS 150/2008 do senador Demóstenes Torres (DEM/GO)	72	D
INFRAESTRUTURA SOCIAL		
Previdência Social		

TEMA	PÁGINA	POSIÇÃO
PLP 189/2001 da deputada Jandira Geghali (PCdoB/RJ)	73	D
PL 3299/2008 (PLS 296/2003, do senador Paulo Paim – PT/RS)	73	D
Responsabilidade Social		
PL 32/1999 do deputado Paulo Rocha (PT/PA)	74	D
Educação		
PL 7200/2006 do Poder Executivo	55	C/R
INDICAÇÕES SETORIAIS		
PLS 237/2008 da senadora Kátia Abreu (DEM/TO)	42	C
PL 3826/2008 do deputado Valdir Colatto (PMDB/SC)	74	D
PEC 23/2006 do senador Edison Lobão (DEM/MA)	55	C/R
PEC 73/2007 do senador Augusto Botelho (PT/RR)	74	D
PL 4148/2008 do deputado Luis Carlos Heinze (PP/RS)	43	C
PL 3101/2008 do deputado Edigar Mão Branca (PV/BA)	75	D
PL 3700/2008 do deputado Hermes Parcianello (PMDB/PR)	75	D
PL 6378/2005 do deputado Nilson Mourão (PT/AC)	75	D
PL 4846/1994 do deputado Francisco Silva (PP/RJ)	76	D
PL 7375/2006 (PLS 16/2004 do senador Eduardo Azeredo – PSDB/MG)	43	C
PL 3057/2000 do deputado Bispo Wanderval (PS/SP)	56	C/R
PLS 106/2008 do senador Renato Casagrande (PSB/ES)	43	C
PLC 83/2005 (PL 936/2003 do deputado Rogério Silva – PPS/MT)	56	C/R
PL 4323/2008 do deputado Vital do Rêgo Filho (PMDB/PB)	76	D
PEC 516/2002 do deputado Jair Meneguelli (PT/SP)	44	C
PLS 28/2006 do senador Ney Suassuna (PMDB/PB)	44	C
PDC 135/2007 do deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	44	C
PL 3995/2008 do deputado Paulo Teixeira (PT/SP)	77	D
PL 4091/2008 do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)	56	C/R
PLS 316/2008 do senador Romero Jucá (PMDB/RR)	57	C/R
PLC 53/2003 (PL 1948/1999 do deputado Wilson Santos – PMDB/MT)	77	D
PLP 161/2000 do deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE)	77	D
PL 1161/2007 do deputado Arnon Bezerra (PTB/CE)	78	D
PL 2995/2008 do deputado Luciano Pizzato (DEM/PR)	45	C
PL 1453/2007 do deputado José Fernando Aparecido de Oliveira (PV/MG)	78	D

TEMA/SUBTEMA	PÁGINA	POSIÇÃO
PLS 223/2008 do senador João Pedro (PT/AM)	79	D
PLP 390/2008 do deputado Roberto Rocha (PSDB/MA)	79	D
PLS 403/2008 do senador Delcídio Amaral (PT/MS)	45	C
PL 1610/1996 (PLS 121/1995 do senador Romero Jucá – PMDB/RR)	46	C
PL 4069/2008 do deputado Juvenil (PRTB/MG)	79	D
PL 2707/2007 do deputado Luiz Carlos Busato (PTB/RS)	80	D
PL 612/2007 do deputado Flávio Bezerra (PMDB/CE)	80	D
ECD 372/2005 – PL 345/2007 (PLS 372/2005 do senador Romeu Tuma – PTB/SP)	57	C/R
PLC 31/2008 (PL 2576/2000 do deputado Fernando Gabeira – PV/RJ)	46	C

Confederação Nacional da Indústria – CNI

Unidade de Assuntos Legislativos – COAL

Vladson Bahia Menezes
Gerente-Executivo

Godofredo Franco Diniz
Gerente-Executivo Adjunto

Luiz de Gonzaga Fonseca Mota
Gerente-Executivo Adjunto

Pedro Aloysio Kloeckner
Gerência de Articulação no Congresso

Equipe Técnica
Aline Said Bandeira
Angela Rodrigues Borges
Anna Henriquetta Faria Peres
Antonio Marrocos
Beatriz Nunes
Catharina Tavares Mafra
Diogo Lourenço dos Santos Silva
Fabiano Faria de Carvalho Hecht
Frederico Gonçalves Cezar
Jomara Cadó Bessa
Marcos Joaquim Martins Pereira
Maria Auxiliadora S. de Menezes
Mariana Polidorio Machado
Marília Altoé Braga
Pedro Aloysio Kloeckner
Simone Vieira Santana
Ubaldo Campello Neto
Valéria Leite Memória

Nucleo de Editoração – CNI
Coordenação Editorial

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS – SSC

Área Compartilhada de Informação e Documentação – ACIND

Renata Lima
Normalização

Color Press Bureau
Impressão